



Anais da Assembléia

Nº 181

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1995
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos

trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagens:

MENSAGEM Nº 087/95

Curitiba, 06 de dezembro de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova um ajuste no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais, ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, alterado pela Lei Estadual nº 11.145, de 18 de julho de 1995, visando atender despesas com o vestibular desta entidade.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI.

Governadora do Estado em exercício

I ACRESCIMO		A N E X O		FL. 01		I
I DA DESPESA		ANEXO		RS 1,00		I

I	I	INATUREZA		ILI	IN.DOI	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I	DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP I

I 1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I		I I I		I I
I	ICIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO	I		I I I		I I
I	ISUPERIOR - ENTIDADES VINCULADAS	I		I I I		I I
I	I	I		I I I		I I
I 1210	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	I		I I I		I I
I 2050	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I		I I I		I I
I	IENSINO SUPERIOR NA UEL	I	3131.02	I59ILI	120.000	I1489I
I	I	I	3132.15	I59ILI	630.000	I1489I

T O T A L					I	750.000 I

Curitiba, segunda, em 11.12.95

I REDUCAO		ANEXO II		FL. 01		RS 1,00	
I DA DESPESA		ANEXO					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI			IPROCI
I	I						ICOP I
I 1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I	I		I
I	ICIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO	I	I	I	I		I
I	ISUPERIOR - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I		I
I	I	I	I	I	I		I
I 1210	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	I	I	I	I		I
I 2050	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I	I		I
I	IENSINO SUPERIOR NA UEL	I	3121.00	I	59ILI	750.000	I1489I
		T O T A L		I		750.000	I

A Diretoria Legislativa

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste ao Orçamento da Universidade Estadual de Londrina, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994 e alterado pela Lei Estadual nº 11.145, de 18 de julho de 1995, no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do ajuste de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 088/95

Curitiba, 06 de dezembro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994 e alterado pela Lei Estadual nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, visando ajustar o orçamento do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para permitir a construção do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator - CIAADI.

Esclareço também que os recursos para cobertura referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994 e alterado pela Lei Estadual nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da receita, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 4º - Fica procedido o ajuste no Programa de Obras no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), de acordo com o Anexo V desta Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL. 01		RS 1,00	
DA DESPESA		ANEXO					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI			IPROCI
I	I						ICOP I
6700	ISECRETARIA DE ESTADO DA CRIANCA	EI		I	I I		I I
	IASSUNTOS DA FAMILIA	I		I	I I		I I
	I	I		I	I I		I I
6702	IGABINETE DO SECRETARIO -	I		I	I I		I I
	IENTIDADES VINCULADAS	I		I	I I		I I
2256	IPROGRAMACAO A CARGO DA FASPAR	I	4311.01	I00	ILI	1.400.000	I1469
		T O T A L		I		1.400.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO I I		FL. 01		RS 1,00	
DA DESPESA		ANEXO					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI			IPROCI
I	I						ICOP I
6700	ISECRETARIA DE ESTADO DA CRIANCA	EI		I	I I		I I
	IASSUNTOS DA FAMILIA	I		I	I I		I I
	I	I		I	I I		I I
6703	IDIRETORIA GERAL	I		I	I I		I I
2258	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I		I	I I		I I
	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I		I	I I		I I
	ISECR	I	4323.00	I00	ILI	1.400.000	I1469
		T O T A L		I		1.400.000	I

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I I I		FL. 01		RS 1,00	
DA DESPESA		ANEXO					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI			IPROCI
I	I						ICOP I
6800	ISECRETARIA DE ESTADO DA CRIANCA	EI		I	I I		I I
	IASSUNTOS DA FAMILIA - ENTIDADES	I		I	I I		I I
	IVINCULADAS	I		I	I I		I I
	I	I		I	I I		I I
6879	IFUNDACAO DE ACAO SOCIAL DO PARANA	I		I	I I		I I
	I- FASPAR	I		I	I I		I I
2259	IACAO SOCIAL ATRAVES DE ENTIDADES	I		I	I I		I I
	IGOVERNAMENTAIS E NÃO	I		I	I I		I I
	IGOVERNAMENTAIS	I	4110.00	I00	ILI	1.400.000	I1469
		T O T A L		I		1.400.000	I

Curitiba, segunda, em 11.12.95

ANEXO IV		FL. 03		RS 1.00	
ANEXO		VALOR		IPROCI	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT			
I	ISECRETARIA DE ESTADO DA CRIANCA E	I		I	I
I	IASSUNTOS DA FAMILIA - ENTIDADES	I		I	I
I	IVINCULADAS	I		I	I
I		I		I	I
I	IFUNDACAO DE ACAO SOCIAL DO PARANA -	I		I	I
I	IFASPAR	I		I	I
I	12412.49.00IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I 00	I	1.400.000	I1469I
TOTAL		I		1.400.000	I

ANEXO V		FL. 04		RS 1.00	
ANEXO		VALOR		IPROCI	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT			
I	ISECRETARIA DE ESTADO DA CRIANCA E	I		I	I
I	IASSUNTOS DA FAMILIA - ENTIDADES	I		I	I
I	IVINCULADAS	I		I	I
I	IFUNDACAO DE ACAO SOCIAL DO PARANA -	I		I	I
I	IFASPAR	I		I	I
I	IACAO SOCIAL ATRAVES DE ENTIDADES	I		I	I
I	IGOVERNAMENTAIS E NAO GOVERNAMENTAIS	I		I	I
I	ICONSTRUIR CIADDO EM LONDRINA PARA	I T	I	1.400.000	I1469I
I	IADOLESCENTES INFRATORES	I		I	I
TOTAL		I T	I	1.400.000	I

A Diretoria Legislativa.

para o Município de Irati. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 13923/95, da Senhora Ana Flor França e Silva, Diretora Geral em exercício da Seção de Acórdãos e Publicações encaminhando Ata Final de Apuração do plebiscito visando a criação do Município de Porto Barreiro, a ser desmembrado de Laranjeiras do Sul. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 13924/95, da Senhora Ana Flor França e Silva- Diretora Geral em exercício da Seção de Acórdãos e Publicações, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado desfavorável do plebiscito visando a criação do Município de Areia Branca dos Assis, a ser desmembrado de Mandirituba. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 13925/95, da Senhora Ana Flor França e Silva- Diretora Geral em exercício da Sessão de Acórdãos e Publicações,

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o n° 0337/95, do Senhor Giovani Gionédis, Secretário de Estado do Governo, encaminhando Declaração de Bens do Doutor Jaime Schmitt Kreusch, Coordenador do PROCON. Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Marcelo Mazzali, Juiz Presidente da Junta Apuradora de Paranaguá, encaminhando Ata Final de Apuração da consulta plebiscitária do dia 10 de dezembro de 1995, para a criação do município de Pontal do Paraná. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 099/95, do Senhor Alceu Martins Ricci Filho, Juiz Eleitoral substituído da 29ª Zona da Comarca de Imbituva, encaminhando Ata Geral de Apuração, objeto do Plebiscito de transferência ou não de áreas denominadas "Pinho de Baixo" e "Pinho de Cima", do Município de Imbituva,

encaminhando Ata Final de Apuração do resultado favorável do plebiscito visando a criação do município de Tamarana, a ser desmembrado de Londrina. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 13926/95, da Senhora Ana Flora França e Silva, Diretora Geral em exercício da Seção de Acórdãos e Publicações encaminhando Ata Final de Apuração do plebiscito visando a criação do Município de Rio Branco do Ivaí, a ser desmembrado de Grandes Rios. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 14009/95, da Senhora Ana Flora França e Silva- Diretora Geral em exercício da Seção de Acórdãos e Publicações, encaminhando Ata Final de Apuração do plebiscito visando a criação do Município de Ariranha do Ivaí, a ser desmembrado de Ivaiporã. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 14010/95, da Senhora Ana Flora França e Silva- Diretora Geral em exercício da Sessão de Acórdãos e Publicações, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado desfavorável do plebiscito visando a criação do município de Rio Novo do Paraná, a desmembrado de Reserva. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° CLT/SEEC/234/95, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei n° 450/95. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os n°s CTL/SEEC, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 225, 226, 227, 228, 229, 230 e 231/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando naver Sancionado os Projetos de Lei n°s

054/95 - De autoria do Deputado Antonio Belinati, que assegura o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.182. **Anote-se - Arquite-se.**

475/95 - De autoria dos Deputados Cezar Silvestri, e Orlando Pessuti, que cria o município de Goioxim, desmembrado do município de Cantagalo, o qual convertido em Lei tomou n° 11.183. **Anote-se - Arquite-se.**

195/95 - De autoria dos Deputados Anibal Khury e João Techy, que, concedem o Título de Cidadão Benemerito do Estado do Paraná, ao Professor Doutor Affonso Anto-

niuk, o qual convertido em Lei, tomou o n° 11.184. **Anote-se - Arquite-se.**

204/95 - De autoria do Deputado Anibal Khury que, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Sérgio Sibel Soares Reis, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.185. **Anote-se - Arquite-se.**

143/95 - Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo receber através de doação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o imóvel que especifica, localizado na Cidade de Cruz Machado - Paraná, o qual convertido em Lei, tomou o n° 11.186. **Anote-se - Arquite-se.**

327/95 - De autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com os Municípios, objetivando a implantação de redutores de velocidade (lombadas), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.187. **Anote-se - Arquite-se.**

017/95 - De autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre condições para internações em Hospitais Psiquiátricos e estabelecimentos similares, de cidadãos com transtornos mentais, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.189. **Anote-se - Arquite-se.**

165/95 - De autoria do Deputado Orlando Pessuti que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Doutor Camargo - PR, com sede e foro no município de Doutor Camargo, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.190. **Anote-se - Arquite-se.**

181/95 - De autoria do Deputado Carlos Simões que, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Vilson José de Castro Gamborgi, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.191. **Anote-se - Arquite-se.**

220/95 - De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Severino Félix Pessoa, o qual convertido em Lei, tomou o n° 11.192. **Anote-se - Arquite-se.**

222/95 - De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho das Entidades de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural da Comarca de Marilândia do Sul - CONEDAEC, com sede e foro na cidade de Marilândia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.193. **Anote-se - Arquite-se.**

224/95 - De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Caieiras-AMOCA; com sede e foro no Município de Guaratuba, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.194. **Anote-se - Arquivo-se.**

229/95 - De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Adrianópolis, com sede e foro no Município de Bocaiuva do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.195. **Anote-se - Arquivo-se.**

290/95 - De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Casa Oeste Espiritualista Cristã Obreiros da Paz, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.196. **Anote-se - Arquivo-se.**

256/95 - De autoria do Deputado Algaci Túlio que, concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Leonardo Petrelli Neto, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.197. **Anote-se - Arquivo-se.**

310/95 - De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Paz, Amor e Caridade, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n° 11.198. **Anote-se - Arquivo-se.**

343/95 - De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Renais Crônicos de Umuarama e Região - ARECURE, no município de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.199. **Anote-se - Arquivo-se.**

344/95 - De autoria do Deputado Anibal Khury, que, dispõe sobre definição e normas para a defesa sanitária vegetal no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.200. **Anote-se - Arquivo-se.**

352/95 - De autoria do Deputado Cesar Selame, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Professor Flávio Arns, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.201. **Anote-se - Arquivo-se.**

354/95 - De autoria do Deputado Anibal Khury que declara, que declara de Utilidade Pública a Missão Evangélica Ágope-Paraná, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, e com representação na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.202. **Anote-se Arquivo-se.**

445/95 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 355.212,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.204. **Anote-se - Arquivo-se.**

446/95 - Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 12.679.586,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.205. **Anote-se - Arquivo-se.**

444/95 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.830.250,00 conforme específica, o qual convertido em Lei, tomou o n° 11.206. **Anote-se - Arquivo-se.**

440/95 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 8.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.207. **Anote-se - Arquivo-se.**

441/95 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de 1.500.000,00, destinado à implementação dos programas que específica, junto à SEDU, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.208. **Anote-se - Arquivo-se.**

443/95 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00, destinado à aquisição de imóvel desapropriado da Caixa Econômica Federal, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.209. **Anote-se - Arquivo-se.**

377/95 - De autoria do Deputado Algaci Túlio que, autoriza o Poder Executivo a criar no Estado do Paraná as Centrais de Notificação e Transplante de Órgãos e Tecidos, vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde, e adote outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.210. **Anote-se - Arquivo-se.**

432/95 - Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o valor de U\$ 250.000.000,00 para financiamento de parte do Projeto Paraná 12 meses, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.212. **Anote-se - Arquivo-se.**

430/95 - Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de U\$ 332.000.000,00, para implementação do Programa Paraná Urbano, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.213. **Anote-se - Arquivo-se.**

433/95 - Do Poder Executivo que, auto-

riza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o valor de U\$ 250.000.000,00, para financiamento de parte do Programa de Saneamento Ambiental do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.214. Anote-se - Arquite-se.

436/95 - Do Poder Executivo que, transforma, no Quadro Próprio do Magistério, 10.000 cargos do Grupo Ocupacional Professor MPP-100, classe "C", nível de vencimento 3, em 8.700 cargos do mesmo Grupo, Classe "D", nível de vencimento 4, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.215. Anote-se - Arquite-se.

485/95 - Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de U\$ 5.434.722,00 conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.216. Anote-se - Arquite-se.

431/95 - Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o valor de U\$ 150.000.000,00, para financiamento de parte do Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.217. Anote-se - Arquite-se.

454/95 - De autoria do Deputado Elio Lino Rusch que, cria o município de Serranópolis do Iguaçu, com os limites e confrontações que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.218. Anote-se - Arquite-se.

Ofício n° 00117

Curitiba, 11.12.95

Senhor Presidente.

Estou comunicando à Mesa Executiva o meu ingresso oficial ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo que a partir de então passo a integrar a bancada desta agremiação nesta Casa de Leis, ficando minha filiação ao PPB automaticamente anulada.

Sem mais para o momento.

(a) GERALDO CARTÁRIO.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n° 538/95 do Deputado Anibal Khury que anexa a Balsa Nova, áreas territoriais.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 3775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 550/95, que objetiva autorizar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 3776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 549/95, que aprova crédito suplementar ao Orçamento da Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, preferência na discussão e votação da emenda da C.C.J. apresentada ao Projeto de Lei 285/95, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) JOJO TECHY FILHO

REQUERIMENTO N° 3773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o douto Plenário, retirada por 10 (dez) Sessões do item 04, 1ª Discussão do Projeto de Lei n° 152/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante da Ordem do Dia da presente Sessão (11/12).

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3743

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Pesar, pelo falecimento do Sr. Alvaro Gonçalves, ocorrido em 09.11.95.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa; deixou enlutados não somente seus parentes, mas também aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

REQUER ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à rua Cerejeira, 672 - Santa Paula, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO N° 3744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Pesar, pelo falecimento da Sr.^a Carlota Krechinski, ocorrido em 12.11.95.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa; deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

REQUER ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à rua Barão do Cerro Azul, 1486, Centro - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO N° 3770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Prof. Ulisses de Mello e Silva, ocorrido nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA -

Com a idade de 83 anos faleceu, nesta Capital, o Professor Ulisses de Mello e Silva, que foi Diretor do Colégio Estadual do Paraná de 1956 a 1960.

O extinto deixa viúva Dona Hilza Espinola de Mello e Silva.

O passamento do Prof. Ulisses de Mello e Silva, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre as quais este Deputado, que foi seu discípulo.

O destino privou seus familiares do convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Ulisses.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Ulisses de Mello e Silva e o descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mello e Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 3746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a expedição de votos de congratulações ao Senhor José Ferreira do Nascimento, Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vila Nova, da cidade de Abatiá, pelos relevantes trabalhos que vem desenvolvendo frente à Associação de Moradores, beneficiando com suas atividades toda comunidade do Município de Abatiá.

Que o mesmo seja cientificado do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Durante o Governo Collor de Mello, foi implantado no Brasil um projeto para construção de moradias populares denominado Plano de Ação Imediata para Habitação - PAIH, que deveria atender famílias de trabalhadores de baixa renda, infelizmente o projeto teve outros objetivos. No Brasil existem aproximadamente 550 mil moradias construídas ou com obras inacabadas deste programa, que usou recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, tornando-se uma grande demonstração de desperdício e má fé na aplicação do dinheiro público.

No Paraná foram construídas mais de 30 mil moradias, publicamente conhecidas como "margaridas", que assim como no resto do País, foram escandalosamente superfaturadas.

O Estado do Paraná é a região onde está concentrada a maior parte destes conjuntos habitacionais. E, alguns Municípios encontramos lideranças comunitárias que vêm a mais de três anos lutando pelas causas dos mutuários, buscando uma redução das prestações, que são elevadas para qualidade daqueles imóveis, entre estes abnegados lutadores encontramos no Norte Pioneiro, na cidade de Abatiá, o Senhor José Ferreira do Nascimento, presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vila Nova, um anônimo lutador das causas populares, que vem representando nos principais escalões do Estado, não só os trabalhadores de Abatiá, ou do Norte do Paraná, mas de todo Estado, sempre na busca de melhores dias para mais de 30 mil famílias de mutuários.

Assim entendemos ser este trabalhador merecedor de homenagens dos nobres pares desta Casa Legislativa, legítima representante das causas populares.

REQUERIMENTO N° 3747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de votos de congratulações ao Município de Corbélia, pelo seu 34º aniversário de emancipação política, e que seja dado conhecimento desta proposição àquela municipalidade, na pessoa do Prefeito, Nilson de Oliveira.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) SÂMS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Corbélia completou no último dia 08 de corrente, o seu 34º aniversário de emancipação política, cuja data foi marcada pela entrega de várias obras de relevantes interesse àquela comunidade, que em conjunto com a administração municipal tem demonstrado a sua força econômica, contribuindo significativamente para o progresso da região e engrandecimento do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Nova Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Londrina.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Provedor, Dr. Romeu Curi, através de correspondência a ser encaminhada à rua Espírito Santo n° 523, C.P. n° 271, Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3754

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná, alusivos à posse da nova Diretoria - Gestão 1995/1998, a realizar-se nesta data, nesta capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente, Senhor Gustavo Daniel Berman, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Glória n° 175, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao jornal Gazeta do Povo, pelo recebimento

do prêmio "Destaque Informática 1995".

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Para nós paranaenses, é muito importante mostrar o lado positivo do nosso Paraná, é ainda muito mais importante levar ao conhecimento da opinião pública o nosso progresso tecnológico na área de comunicação.

A Gazeta do Povo, acaba de receber mais um prêmio desta vez - "Prêmio Empresa Destaque em Informática 1995", outorgado pela sociedade dos usuários de informática e telecomunicações do Paraná.

É gratificante a todos os paranaenses saberem que o avanço tecnológico e o progresso caminham lado a lado, unindo a criatividade e a técnica com o estágio atual do desenvolvimento, dando um exemplo de como a informática pode contribuir para a modernização de produtos e do próprio progresso da produção.

O que observamos no desenvolvimento e progresso da Gazeta do Povo, é a vitalidade, a força que tem de se atualizar, de se modernizar, abertura que demonstra com as novas conquistas da ciência e da técnica, bastando para comprovar que se veja o rol de atividades de aprimoramento em todos os setores da empresa.

É de se destacar, por oportuno, que a Gazeta do Povo, a despeito de todo esse estágio de alta modernização, tem se mantido fiel a seus princípios de sua linha editorial.

Pelo exposto, e por tantos outros destaques deste jornal, a sua direção e o corpo de jornalistas, redatores, colaboradores e todo o seu quadro de funcionários fazem-se merecedores do nosso júbilo e de nossas congratulações, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO N° 3742

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um Voto de Regozijo pelo transcurso do Dia do Engenheiro e do Arquiteto.

Requer, outrossim, que da decisão desta casa seja dada ciência ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.12.95

JUSTIFICATIVA:

O dia 11 de dezembro é dedicado ao en-

Curitiba, segunda, em 11.12.95

engenheiro e ao arquiteto. Até recentemente essas profissões, para os leigos, pareciam constituir-se numa única, sendo todos "engenheiros".

Com a especialização exigida pelo mundo moderno, ficaram bem claras as áreas de atuação dos engenheiros. O Engenheiro com a construção de estradas, pontes, túneis e toda gama de serviços que a profissão exige. Ao arquiteto a função de projetista num mundo em urbanização crescente e aos agrônomos, o setor de tão grande importância para a humanidade, o setor que responde pela alimentação. A engenharia, a arquitetura e agronomia formam um trinômio do qual o mundo não pode abrir mão. A esses profissionais, a nossa mais justa homenagem.

REQUERIMENTO N° 3761

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Apostolado da Oração, pela comemoração do seu Centenário, em novembro deste ano, celebrado com muito júbilo num evento singular assinalado de bênçãos e marcado de amor. Recebam os sinceros cumprimentos desta Casa de Leis todos os membros do Apostolado da Oração, através da sua Coordenadora e Presidente, Lenir Pontoni Wachowicz e do nosso Arcebispo Metropolitano D. Pedro Fedalto, que serão nossos arautos junto à comunidade religiosa curitibana na transmissão deste voto de louvor que conta em ata de seus trabalhos.

Entendemos meritório este registro, pois somos testemunhas da importância do Apostolado da Oração junto à comunidade curitibana e paranaense.

Nossos Parabéns pelos 100 anos de vida!

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO N° 3762

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sr. Antonio Mello, proprietário da Representações Comerciais Cosdamel Ltda., representante comercial há 20 anos no ramo cirúrgico, médico e hospitalar. Ao longo destas duas décadas, sempre primou por um bom atendimento a seus milhares de clientes, proporcionando bons serviços à comunidade. Empresário sério, proprietário de uma empresa exemplar, ge-

rador de empregos e principalmente, da confiança da comunidade em seu ramo de atuação.

Esta Casa deve reconhecer e aplaudir empresário e empresas com este perfil. Manifestamos o júbilo de todos nós.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO N° 3740

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Deputado Federal, Sr. Severiano Cavalcanti, do PFL de Pernambuco, externando sua manifestação contrária ao Projeto de Emenda Constitucional n° 25/95, de autoria do ilustre parlamentar, que pretende anular a possibilidade da mulher optar pela interrupção da gestação, quando a mesma coloca a sua vida em risco, ou, quando é fruto de estupro.

Acreditamos, ser este um direito de opção pela própria vida, a requerente expõe o seu ponto de vista no documento em anexo, onde defende as políticas sociais e os avanços jurídicos que possam cumprir a Plataforma de Ação da ONU, da qual o Brasil é signatário.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) IRONDI PUGLIESI

"O DIREITO DE OPTAR PELA PRÓPRIA VIDA

Está em tramitação na Câmara Federal o Projeto de Emenda Constitucional n° 25/95, que pretende anular ou revogar um direito das mulheres vigente há mais de 50 anos no Código Penal. Trata-se da possibilidade da mulher optar pela interrupção da gestação, quando a mesma coloca a sua vida em risco ou quando é fruto de estupro.

Argumentando que a emenda garantiria a 'inviolabilidade do direito à vida desde a concepção', a referida proposta fere um elemento direito humano, que é de optar pela defesa da própria vida nos casos da gravidez de alto risco, e impede também que a vítima de uma violência, como é o estupro, possa arguir em defesa a sua dignidade.

No Brasil, onde o aborto é uma prática considerada ilegal pelo Código Penal Brasileiro, a única possibilidade de interrupção de gravidez consiste nestes dois casos acima descritos, onde a questão de foro íntimo da mulher deve prevalecer. Isto não significa ser contra ou a favor do aborto, mas possibilitar que vítima de humiliações e doentes graves no caso da gravidez que leva à morte - optem pelo que é melhor para si mesmas.

A conferência do Cairo sobre Populações, em 1994, e sobre a Mulher, Beijing, recentemente realizada na China sob patro-

cínio da ONU, deram as bases para que as novas posturas devam ser tomadas sobre o aborto para tirá-lo da esfera da política e enquadrá-lo como questão de ordem social, problema de saúde pública, onde não cabem retrocessos.

O Brasil ostenta, infelizmente, taxas altíssimas da mortalidade materna, 141 a cada 100 mil nascidos vivos, coloca-se, também, entre os países com maiores índices de violências contra a mulher, visando pelas instituições internacionais de direitos humanos. Isso deve nos levar a priorizar, não políticas punitivas por quem luta pela própria dignidade e defende a própria vida, mas sobretudo, por políticas sociais e avanços jurídicos que possibilitem o cumprimento da Plataforma de Ação da ONU, da qual o Brasil é signatário.

Este é um exemplo claro e objetivo da fronteira que existe entre o direito à convicção pessoal e o direito de opção do outro.

Por estas razões, opinamos pela manutenção dos direitos adquiridos pela mulher no Código Penal, que por si só já está aquém dos avanços comportamentais ocorridos no país neste meio século, e consideramos a aprovação do PEC 25/95 um retrocesso no campo legal".

REQUERIMENTO N° 3767

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente ao Senhor Presidente do Senado da República, Senador José Sarney, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Eduardo Magalhães, e, aos Senhores Líderes das duas Casas, externando sua manifestação contrária ao Projeto de Emenda Constitucional n° 25/95, de autoria do Deputado Severino Cavalcanti do PFL de Pernambuco, que pretende anular a possibilidade da mulher optar pela interrupção da gestação, quando a mesma coloca a sua vida em risco, ou, quando é fruto de estupro.

Acreditamos, ser este um direito de opção pela própria vida, a requerente expõe o seu ponto de vista no documento em anexo, onde defende as políticas sociais e os avanços jurídicos que possam cumprir a Plataforma de Ação da ONU, da qual o Brasil é signatário.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) IRONDI PUGLIESI

"O DIREITO DE OPTAR PELA PRÓPRIA VIDA

Está em tramitação na Câmara Federal o Projeto de Emenda Constitucional n° 25/95, que pretende anular ou revogar um direito das mulheres vigente há mais de 50 anos no

Código Penal. Trata-se da possibilidade da mulher optar pela interrupção da gestação, quando a mesma coloca a sua vida em risco ou quando é fruto de estupro.

Argumentando que a emenda garantiria a 'inviolabilidade do direito à vida desde a concepção', a referida proposta fere um elementar direito humano, que é de optar pela defesa da própria vida nos casos da gravidez de alto risco, e impede também que a vítima de uma violência, como é o estupro, possa arguir em defesa a sua dignidade.

No Brasil, onde o aborto é uma prática considerada ilegal pelo Código Penal Brasileiro, a única possibilidade de interrupção de gravidez consiste nestes dois casos acima descritos, onde a questão de foro íntimo da mulher deve prevalecer. Isto não significa ser contra ou a favor do aborto, mas possibilitar que vítima de humiliações e doentes graves no caso da gravidez que leva à morte - optem pelo que é melhor para si mesmas.

A conferência do Cairo sobre Populações, em 1994, e sobre a Mulher, Beijing, recentemente realizada na China sob patrocínio da ONU, deram as bases para que as novas posturas devam ser tomadas sobre o aborto para tirá-lo da esfera da política e enquadrá-lo como questão de ordem social, problema de saúde pública, onde não cabem retrocessos.

O Brasil ostenta, infelizmente, taxas altíssimas da mortalidade materna, 141 a cada 100 mil nascidos vivos, coloca-se, também, entre os países com maiores índices de violências contra a mulher, visando pelas instituições internacionais de direitos humanos. Isso deve nos levar a priorizar, não políticas punitivas por quem luta pela própria dignidade e defende a própria vida, mas sobretudo, por políticas sociais e avanços jurídicos que possibilitem o cumprimento da Plataforma de Ação da ONU, da qual o Brasil é signatário.

Este é um exemplo claro e objetivo da fronteira que existe entre o direito à convicção pessoal e o direito de opção do outro.

Por estas razões, opinamos pela manutenção dos direitos adquiridos pela mulher no Código Penal, que por si só já está aquém dos avanços comportamentais ocorridos no país neste meio século, e consideramos a aprovação do PEC 25/95 um retrocesso no campo legal".

REQUERIMENTO N° 3750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao

Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaftig, solicitando a manutenção das Turmas de 5.^a a 8.^a séries, da Escola Estadual São José, localizada na localidade de Zattarlândia, no Município de Pinhão.

É uma justa reivindicação da Câmara Municipal de Pinhão, através de proposição dos nobres Vereadores Joel Neri Martins e José Francisco da Rocha Loures, que estão preocupados com a decisão intempestiva do Núcleo Regional de Educação de Guarapuava.

A manutenção das turmas de 5.^a a 8.^a séries, evitará a desistência de muitos alunos; dificuldades e transtornos no transporte desses alunos até a sede do Município bem como a super população estudantil na rede escolar da sede. Além do mais, a referida escola possui amplas instalações, o que seria, no mínimo, um desperdício desativá-la.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário da Segurança Pública, solicitando a reforma e a reativação da Delegacia de Polícia do Distrito de Dorian, no Município de Mallet.

Esta é uma justa reivindicação da Câmara Municipal de Mallet, através de proposição do nobre vereador Augusto Muran, que constatou diversos casos de furtos e vandalismo no Distrito.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando asfaltamento, numa extensão aproximada de 2.000m, da Estrada de acesso, BR-153 Irati-Imbituva - Floresta Nacional de Irati-PR.

Trata-se de justa reivindicação do Sr. Lauro Ribeiro do Nascimento, representante do IBAMA/FLONA de Irati.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3756

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, RE-

QUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de implantar rede de energia elétrica na rua Tailândia n° 89, Campo Pequeno - Colombo.

O pedido está sendo feito pela moradora desse endereço e afirma que já há um poste no local, apenas faltando a rede.

Maiores informações podem ser obtidas com a Sra. Izanira pelo telefone 356-1325.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3757

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de providenciar a troca de 02 (duas) lâmpadas na rua Fortaleza, proximidades do n° 103 - Jardim Jalisco.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, tendo em vista que à noite o local fica muito escuro.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3758

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do colégio localizado nas proximidades da fábrica de Porcelanas Schmidt, os quais solicitam a colocação de lombadas na rua Amazonas. O tráfego de carros é intenso e os alunos não têm segurança ao atravessarem a rua.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3759

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido de pais de alunos do Colégio Estadual Dr. Francisco de Azevedo Macedo, os quais solicitam que nesse colégio continue tendo o 4° ano do Curso de Contabilidade.

Os pais estão preocupados, pois são poucos os colégios estaduais em que há o Curso de Técnico de Contabilidade e caso o 4° ano deixe de funcionar nesse Colé-

gio, os alunos serão muito prejudicados.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3760

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento de trânsito na rua Antonio de Oliveira Franco, proximidades do n° 46, Vila Nossa Senhora da Luz, tendo em vista que constantemente os veículos param em fila dupla e acarretam uma série de transtornos a todos que ali trafegam.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3763

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de proceder a implantação de rede de energia elétrica na continuação da rua Dr. Antonio Machado de Souza, proximidades do n° 25 - bairro Taboão.

O pedido está sendo feito pela Sra. Sonia Crispim de Aguiar e maiores informações podem ser obtidas pelo telefone 252-9998 (Recados com Eunice).

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3764

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a implantação de rede de energia elétrica na rua Pedro Antonio da Costa n° 273, bairro do Boa Vista.

O pedido está sendo feito pelo morador desse endereço, Sr. Oswaldo Alves de Queiroz, o qual poderá fornecer maiores informações pelo telefone 264-1861.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3765

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Diretor-Presidente da TELEPAR solicitando estudos de viabilidade de transferência de um telefo-

ne público (TP) que está localizado na rua Alberto Piekas, antiga Rua 6, linha do Ônibus Jardim Grazielle, no Jardim Itamarati, Município de Almirante Tamandaré, para a rua Campo de Minas, defronte ao n° 189, esquina com a rua Eldorado.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O motivo que aquela comunidade apresenta é que pelo alto índice de violência, várias pessoas foram assaltadas quando estavam ao telefone, isto quando este não está destruído por atos de vandalismo.

Neste endereço indicado (rua Campos de Minas, 189) funciona um pequeno comércio cujos proprietários gozam de muito respeito perante a comunidade, desestimulando assim atos que impossibilitem seu uso e traga prejuízos ao erário público.

REQUERIMENTO N° 3768

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR solicitando estudos de viabilidade de instalação de um telefone público (TP) na rua Bela Vista do Ipê, 61, as ruas perpendiculares são: rua Monte Alegre e Pouso Alegre, no Jardim Ipê, Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O motivo que a comunidade apresenta é que existe um outro TP disponível muito distante e que uma grande parcela da população fica desassistida.

REQUERIMENTO N° 3772

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente aos Representantes do Paraná no Congresso Nacional e aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Comissão Especial não aceite a promoção de mudanças na Constituição Federal que suprimam ou reduzam direitos sociais da população brasileira em especial aqueles constantes da Emenda Constitucional n° 33/95 sem prévia análise acurada de dados consolidados (que podem ser obtidos através de auditoria profunda e específica nas contas da Previdência Social) que esclareçam a real situação financeira da Seguridade Social.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(aa) JOCELITO CANTO, CARLOS SIMÕES, ÂNGELO VANHONI, JOÃO TECHY, JOSÉ TAVARES, LUIZ CARLOS ZUK, CAÍTO QUINTANA, SÉRGIO SPADA, EMERSON NERONE, RENATO ADUR, EDNO GUIMARÃES, TOTI COLAÇO, WALMOR TRENTINI, JOSÉ MARIA FERREIRA,

AUGUSTINHO ZUCCHI, ORLANDO PESSUTI, ALGACI TÚLIO, MARQUINHOS ALVES, DOUTOR ROSINHA, IRONDI PUGLIESI e IRINEU COLOMBO.

REQUERIMENTO N° 3741

Senhor Presidente.

Respeitadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, solicitando ao mesmo que intervenha junto ao Núcleo Regional de Educação de Guaruapuava a fim de que a Escola Estadual São José, localizada na comunidade de Zattarlândia, no Município de Pinhão, não seja desativada, preservando-se as turmas de quinta a oitava séries, conforme reivindicação do Poder Legislativo daquela municipalidade.

É inconcebível o fechamento de uma escola enquanto a população depende dessa estrutura para oferecer formação digna para os filhos. A distância daquela localidade das demais escolas provocará considerável desistência de alunos. Muitos não terão condições de se deslocar e engrossarão as estatísticas de analfabetismo no Paraná e no Brasil.

Além do problema do êxodo de alunos, todo o dinheiro público aplicado na implantação da escola será perdido, porque aquela estrutura não terá outra destinação, sobre tudo em se relevando que a empresa que dá o nome à comunidade está passando por dificuldades financeiras e não retornará, pelo menos a curto prazo, às atividades naquela região.

O fechamento daquela escola demonstra o descaso com a educação. Enquanto havia uma empresa cujo proprietário gozava das benesses do poder público a escola funcionava, agora que o capital protegido pela máquina do estado deixou de ter força na localidade, o povo fica desprotegido e lhe negam até a possibilidade de educação.

É realmente uma situação lamentável que merece, sem dúvida, ser revista para que a atuação da administração pública seja efetivamente dirigida para o bem da população que realmente necessita desse apoio.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) EMERSON NERONE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 546/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Cria o Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, com os seguintes limites e confrontações:

1. COM O MUNICÍPIO DE APUCARANA

Inicia no encontro da Estrada Benjoin com o Ribeirão dos Dourados, desce por este até a foz do Ribeirão Ubatuba, sobe por este até a foz do Córrego Paraguaçu, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue na direção geral Nordeste pela divisa dos lotes 1-H, 55, 2-A, 1-B e 1-A até encontrar a estrada São Pedro/Pirapó, segue por esta na direção geral Sul até defrontar a cabeceira da Água do papagaio, deste ponto segue por carreador de divisa de lotes até encontrar a cabeceira da Água do Papagaio, desce por este até encontrar a divisa entre os lotes 219 e 218, segue por esta divisa até encontrar a divisa dos lotes 217, 212, 208-A, 135-C, 135-B, 132-A, 133-A e 131, com os lotes 214, 213, 208, 209, 135-E, 135-D e 131-A, segue por esta divisa até encontrar a estrada municipal que dá acesso à BR-376, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar a BR-376, segue por esta na direção geral Oeste até encontrar a PR-170, segue por esta na direção geral Sul até a cabeceira do Córrego Itacoatiara, desce por este até a sus foz no Ribeirão Cambira.

2. COM O MUNICÍPIO DE CAMBIRA

Inicia na foz do córrego Itacoatiara no ribeirão Cambira, sobe por este até a foz da Água Maratá, sobe por esta até encontrar estrada Benjoin, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar o ribeirão dos Dourados.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(aa) ORLANDO PESSUTI
MILTINHO PUPPIO

JUSTIFICATIVA:

Novo Pirapó assume posição de destaque, em função de seu desenvolvimento sócio-econômico-cultural.

Conta com estabelecimentos comerciais e industriais, privilegiado por um entroncamento rodoviário, o qual propicia um grande desenvolvimento, e também, com instituições e serviços públicos, tal como Agência Bancária, Sub-prefeitura, Módulo da Polícia Militar, Cartório, Agência da Empresa de Correios e Telégrafos, Escolas, água encanada, energia elétrica e telefonia.

A autonomia político-administrativa de Novo Pirapó é uma aspiração antiga de sua população, motivo pelo qual propusemos o Projeto de Resolução n° 048/95 (referente a autorização de plebiscito) que aprovado transformou-se na Resolução n° 014/95, que autorizou a realização do referido plebiscito, o qual aconteceu no dia 10 de dezembro de 1995, obtendo o seguinte resultado:

Votantes.....	1684
Votos SIM.....	1086
Votos Não.....	566
Votos NULOS.....	22
Votos BRANCOS...	10

Tendo em vista o demonstrado na apuração em separado do plebiscito, estamos propondo esse projeto de lei, respeitando a manifestação de Caixa São Pedro.

Por todos estes motivos é que entendemos estar plenamente justificada a criação do Município de Novo Pirapó.

PROJETO DE LEI N° 547/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Paranaguá, com sede em Praia de Leste e com as seguintes divisas e delimitações:

"Começa na ponte sobre o rio Fortuna, na PR-407; seguindo pela PR-407 até alcanças a ponte sobre o rio Guaraguaçu; pelo rio Guaraguaçu abaixo até a sua foz na orla marítima, confrontando com a Baía de Paranaguá; pela orla marítima, confrontando com o Oceano Atlântico, até alcançar o balneário de Monções na divisa intermunicipal com Matinhos; deste ponto, por uma linha reta e seca de divisa intermunicipal Paranaguá-Matinhos, até a foz do rio Pai Antônio no rio Guaraguaçu; subindo o rio Guaraguaçu ainda divisando com o município, até alcançar o rio Cambará acima até a ponte na estrada Municipal PA-304; pela estrada Municipal PA-304 até a ponte sobre o rio das Pombas; pelo rio das Pombas abaixo até encontrar o caminho de ligação PR-407; rio das Pombas; pelo referido caminho até a ponte sobre o rio Fortuna na PR-407, ponto inicial".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em consulta plebiscitária autorizada pela Resolução n° 03/95, deste Poder, e realizada no último dia 10 de dezembro, 1.450 eleitores votaram pela emancipação de Pontal do Paraná, contra 159 que assinalaram "não" e 139 que votaram em branco o anularam o voto.

Tendo em vista esse resultado favorável e considerando atendidos os requisitos legais pertinentes à matéria, ingressamos com o presente projeto de lei criando o município de Pontal do Paraná, como expressão inquestionável da vontade popular.

PROJETO DE LEI N° 548/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica transferida área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, atendendo à consulta plebiscitária, com as divisas e confrontações a seguir especificadas:

"Tendo como ponto de partida um marco cravado entre as margens do rio Caratuva e a linha de limite territorial do Município de Irati, segue confrontando com esta pelo rumo 85°00' NW, com a distância de 7.950 metros. Deste ponto deflexiona-se à direita, à esquerda e à direita novamente, confrontando com a linha de limite territorial com terras do Município de Prudentópolis, respectivamente nos seguintes rumos e distâncias: 20°00' NE em 1.157 metros; 26°00' NW em 1.134 metros, e 0,5°00' NW em 538 metros, chegando às margens do arroio Junqueira. Deste ponto segue arroio abaixo com distância de 3.218 metros, confrontando pela nova linha territorial de limite com terras do Município de Imbituva no rumo 74°00' NE com a distância de 4.210 metros, chegando às margens do arroio do Ansolim. Deste ponto segue arroio abaixo confrontando com terras do Município de Imbituva, com distância de 6.940 metros, chegando na confluência do referido arroio com os rios Perdido e Caratuva. Deste segue em direção ascendente pelo rio Caratuva confrontando com a antiga linha de limite territorial com terras do Município de Irati, com a distância de 9.632 metros, chegando-se ao ponto onde se faz princípio e onde se encerra a presente descrição, com área de 55.697.694m² (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, seiscentos e noventa e quatro metros quadrados), conforme Resolução n° 003/94, publicada no D.O. n° 4.262 de 13.05.94 e Resolução n° 010/94, publicada no D.O. n° 4282 de 13.06.94".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, visa atender ao pedido de lideranças locais, ratificado pelo plebiscito realizado com votação maciça em favor do "SIM", que há muito tempo pleiteam a transferência da área mencionada no Artigo 1°, para o Município de Irati.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis a esta reivindicação popular.

PROJETO DE LEI N° 551/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam obrigados, os bares e restaurantes do Estado do Paraná, com mais de (100 lugares), a apresentarem cardápios em alfabeto braile.

Art. 2° - Os estabelecimentos acima referidos, têm 3 (três) meses para cumprir a determinação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa dar prosseguimento no atendimento de diversas reivindicações dos deficientes visuais. Precisamos além de dar atendimento aos problemas básicos, como saúde e educação, também nos preocupamos com a oportunidade como saúde e educação, também nos preocupamos com a oportunidade de lazer com mais autonomia para o deficiente visual.

Com esta proposta, a lei abre mais uma porta, fazendo com que se integrem cada vez mais à sociedade.

Pelo exposto, esperamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 552/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Determina às Universidades e Faculdades Isoladas da Rede Pública Estadual, a destinarem 30% (trinta por cento) das vagas ofertadas nos concursos vestibulares dos seus cursos de graduação, aos alunos oriundos dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual.

Art. 2° - Os critérios de seleção para o ingresso dos formandos de que trata o artigo anterior será definido por uma Comissão Especial a ser designada pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ouvidas as Universidades e Faculdades citadas.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor, 120 (cento e vinte) dias, após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste Projeto de Lei é o de assegurar o direito aos formandos das Escolas Públicas, de acesso aos cursos de

graduação das Universidades e Faculdades isoladas da rede pública estadual, num percentual bastante razoável, considerando-se para isto o acesso pelo sistema de vestibulares ao ensino de terceiro grau, nos moldes atuais, somente beneficia os jovens das camadas sociais mais abastadas, que dispõe de tempo integral em cursinhos, e com isso acabam se utilizando da esmagadora maioria das vagas das universidades.

Pretendemos, assim, não a exclusão de formandos das escolas particulares, e muito menos tirar destes o direito de acesso ao ensino de terceiro grau, mas, encontrar um mecanismo, onde os filhos do menos favorecidos pela sorte, possam ter assegurado um lugar ao sol na sua expectativa de conseguir uma vaga para cursar o ensino superior. Desta forma estará assegurada, também, uma melhora na qualidade do ensino público que passará a ser mais competitivo, em razão dos alunos terem a certeza de estarem com a melhora de suas notas que está sendo lançada. Por essas razões, buscamos o apoio dos nobres parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 553/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública a COOPERATIVA EDUCACIONAL LTDA., com sede e foro nesta cidade e capital de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa congrega pais e tutores de crianças em ensino fundamental promovendo a educação infantil.

Um dos objetivos principais da Cooperativa é garantir a qualidade do ensino, difundir a prática do cooperativismo como instrumento de valorização do homem e transformação da realidade e valorizar o professor como elemento importante do processo educacional.

A cooperativa oferece cursos a todos os filhos dos associados em Pré-Escola e 1° Grau - atualmente atende 300 alunos.

A qualidade do ensino ofertado pela Cooperativa com a participação e deliberação de todos é extremamente positiva e produtiva, este sistema tende a ser modelo de educação futuramente.

Frente ao exposto e pelo relevante trabalho educacional, entendo merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 554/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar, vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública, uma Delegacia Especializada em Acidentes do Trabalho em Curitiba.

Art. 2º - A Delegacia Especializada em Acidentes do Trabalho terá a atribuição de apurar e identificar as responsabilidades penais em casos de acidentes envolvendo trabalhadores durante o exercício de suas atividades profissionais.

Art. 3º - É obrigatória a notificação da Delegacia Especializada em Acidentes do Trabalho, na ocorrência de qualquer evento lesivo de integridade corporal do trabalhador.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) RICARDO CHAB

Apoiamto: Carlos Simões, Joel Coimbra, Cezar Silvestri, Angelo Vanhoni, Iron-di Pugliesi, Albanor Gomes, Miltinho Puppio, Edson Silva Lino, Nereu Moura, Caíto Quintana, Doutor Rosinha, Jocelito Canto, Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Luiz Cláudio Romanelli, Beto Richa, Pércles de Mello, Augustinho Zucchi e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

É cada vez mais crescente o número de acidentes do trabalho ocorridos em Curitiba e Região Metropolitana.

Somente no ano de 1994, em Curitiba, foram registrados 7.817 acidentes, 30 por dia só na economia formal, cujo total forçosamente é o dobro, superando já os acidentes de trânsito com vítimas, os quais ocorrem em média 26 por dia. Na região Metropolitana ocorreram 3.197 acidentes.

Apesar disso, na realidade o número de acidentes graves ocorridos, na maioria das vezes são "mascarados" pela postura de maior porte das empresas que mantêm seus funcionários acidentados em atividades burocráticas, procurando não emitir o CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) e com isso, evitar a estabilidade de um ano, de que trata a Lei nº 8.213, alertar os Promotores de Justiça responsáveis pela Promotoria de Acidentes do Trabalho de Curitiba. E, por isso, apesar dos índices estatísticos apontarem uma queda na incidência de acidentes, vislumbra-se que os óbitos, que não têm como serem ocultados, vêm se mantendo.

A criação dessa Delegacia, certamente fará com que os patrões, diante da possi-

bilidade de serem responsabilizados criminalmente, tomem as medidas preventivas adequadas e satisfatórias.

As grandes capitais brasileiras já instalaram ou estão em fase de instalação de delegacias especializadas, salientando-se que o Estado do Rio de Janeiro teve criada a sua delegacia para tratar exclusivamente dos casos de acidentes do trabalho. De igual modo, os Estados do Pará e Espírito Santo, e, no Estado de São Paulo, encontra-se em fase de implantação.

Isto posto, na esteira da proposição do grupo de Estudos, no IV Encontro Estadual do Ministério Público, de se "gestionar junto ao novo Governo do Estado do Paraná a criação de uma Delegacia de Polícia Especializada em Acidentes do Trabalho em Curitiba, com notificação obrigatória de qualquer evento lesivo da integridade corporal do trabalhador, dado que, na atualidade, a comunicação só é obrigatória em casos de acidentes fatais, permitindo autêntica impunidade, de vez que, lesões gravíssimas, com acentuado caráter culposos, não são apurados de regra."

Além dos fatos narrados, há que considerar-se que os acidentes de trabalho oneram seriamente a já combatida Previdência Social Brasileira, uma vez que enquanto um acidentado fica subordinado a esta, a empresa coloca outro trabalhador em seu lugar sem que antes tenha o cuidado de sanar ou extirpar o fator causador do acidente (que muitas vezes é gerado pela negligência do proprietário da empresa e pela falta de fiscalização do Ministério do Trabalho) que faz nova vítima e alimenta o círculo vicioso.

Isto posto, é imprescindível a criação de uma Delegacia Especializada em Acidentes do Trabalho em Curitiba bem como a obrigatoriedade da notificação de qualquer evento lesivo da integridade corporal do trabalhador; para que com a certeza da apuração de responsabilidades e conseqüente punição, se crie também uma nova mentalidade nas pessoas.

Há ainda que se ressaltar que com o advento da Lei nº 9.099/95 de 26.09.95 que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, a existência de uma Delegacia Especializada em Acidentes do Trabalho, em Curitiba, será primordial para garantir o alcance dos objetivos dessa lei que é a agilidade e efetividade, com resultados, da prestação jurisdicional.

Hoje, a apuração das ocorrências relativas a acidentes de trabalho é feita pela Delegacia de Homicídios, o qual, pelo volume de trabalho existente, não possui condições de apurá-la com agilidade.

É a justificativa.

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná - CISNOP", com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná - CISNOP constitui-se sob a forma jurídica de Associação Civil, regendo-se pelas normas do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente, pelo Estatuto próprio, sendo a entidade sem fins lucrativos.

Constituem objetivos básicos do Consórcio: garantir a implantação das diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS nos municípios consorciados, conforme estipulado na Constituição Federal, artigos 196 a 200; promover formas articuladas de planejamento e execuções de ações e serviços de saúde com vistas ao cumprimento dos princípios da integralidade e universalidade do atendimento; representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos comuns, perante quaisquer outras entidades do direito público, privado, nacionais e internacionais; desenvolver serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados, de acordo com programas de trabalho aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Pelos benefícios que a entidade em tela oferece à comunidade, contamos com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação desta nossa proposição.

PROJETO DE LEI N° 556/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal ficam obrigadas a promover adaptações em seus veículos, a fim de se facilitar o acesso e a permanência de portadores de deficiência física e de pessoas com dificuldade de locomoção.

§ 1º - As adaptações de que trata o "caput" do artigo consistem:

I - na instalação de elevadores hidráulicos para o acesso à parte interna do veículo.

II - na colocação de portas largas;

III - na eliminação de obstáculos internos que dificultem o acesso a portadores de deficiência física, inclusive a

usuários de cadeiras de rodas.

§ 2º - Por pessoas com dificuldades de locomoção entendem-se o idoso, a gestante, o obeso e aquele que apresente coordenação motora deficiente.

Art. 2º - As empresas a que se refere o artigo anterior deverão, no prazo de 1 (um) ano, a contar da data de publicação desta lei, promover as alterações previstas no § 1º do supracitado artigo, em pelo menos 10% (dez por cento) da frota de cada itinerário.

Parágrafo Único - Findo o prazo estabelecido no "caput" do artigo, os coletivos intermunicipais, para serem postos em circulação, deverão vir, de fábrica, ajustados às exigências desta lei, até que toda a frota esteja adaptada.

Art. 3º - Cada empresa deverá estipular e tornar públicos os horários de circulação dos veículos já adaptados, enquanto os ajustes previstos no § 1º do art. 1º não tiverem sido processados nas respectivas frotas.

Art. 4º - O descumprimento das normas previstas nesta lei será punido com multa equivalente a 500 UPFPR (quinhentas Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

Art. 5º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Tal projeto tem como objetivo estender benefícios já conquistados em algumas linhas de transporte coletivo (Ligeirinho).

Há que se favorecer livre locomoção a todos os habitantes, principalmente aos portadores de deficiências, que encontram muitas barreiras, desde as arquitetônicas até os meios de transporte. Estes cidadãos já têm sua mobilidade prejudicada fazendo deles pessoas dependentes, não só no aspecto de locomoção, mas também no aspecto emocional, dificultando seu desenvolvimento como pessoa. Então, nada mais justo que se tome medidas que lhes facilitem o contato com os diversos centros, trazendo-lhes mais recursos para o seu crescimento.

Em reportagem recente, tomamos conhecimento de que em cada dez brasileiros um é deficiente.

Diante desse quadro, é imprescindível tomarmos medidas urgentes para beneficiar tantos cidadãos brasileiros.

Para tanto, contamos com o apoio deste projeto, pelos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o ilustre Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje, para fazer um relato da eleição que ocorreu ontem no Município de Colombo. Guaraituba disse não à divisão, que venceu assim, o poder local. Venceu o poder local, liderado por um excepcional Prefeito chamado Edson Strapasson; venceu o poder local pela liderança da vice-Prefeita Beth Pavin. Venceu o poder local pela liderança do ex-Prefeito João e pela maioria absoluta dos Senhores Vereadores. Mas, mais do que vencer o poder local liderado por essas lideranças, devemos constatar a visão política dos moradores de Guaraituba e a inteligência que tiveram na hora de exercer o seu direito no voto.

Digo que venceu a inteligência, porque Guaraituba entendeu claramente que faz parte da Região Metropolitana de Curitiba. E que apenas criando novas medidas não iremos resolver os problemas que atingem a região como um todo. Sabemos que aqui os problemas são comuns e que as soluções também devem surgir de uma maneira diferenciada do que aquelas que venham os recursos exclusivamente dos municípios da Região Metropolitana. Temos que fortalecer a COMEC do Governo do Estado, a fim de que o governo possa existir num planejamento para o futuro da Região Metropolitana.

Temos que imaginar que a coleta do lixo da Região Metropolitana tem que ser de uma forma integrada. Temos que imaginar que o transporte coletivo da Região Metropolitana tem que ser pensada de uma forma integrada.

Temos que pensar que os mananciais que abastecem toda a Região Metropolitana estão no contexto metropolitano, em sua maioria em Piraquara. Temos que imaginar uma solução para aqueles mananciais a fim de que no futuro não tenhamos que investir muito mais para captar a água, muito mais longe aonde o povo vai pagar o preço. Enfim, se olharmos de cima, aqui há uma cidade só. E não podemos imaginar uma Curitiba grande, se não imaginarmos a Grande Curitiba, porque no passado o Rio de Janeiro cresceu do Grande Rio de Janeiro e hoje significa um crescimento desordenado. Temos que atrair indústrias mais perto dos

trabalhadores, a fim de facilitar a vida daqueles que moram em Colombo, em Piraquara, em São José dos Pinhais e outros municípios, para que tenham um emprego mais próximo da sua casa e não apenas inventarmos soluções aqui de cima, sem consultar as lideranças locais, sem ouvir os Senhores Vereadores, sem ouvir o Prefeito, a população, do que pensa sobre esta ou aquela divisão.

Afinal, a população deve ter consciência quando vai às urnas, se perde ou ganha economicamente. Enfim o processo está sendo mal articulado, as decisões estão vindo de cima, sem se ouvir a população que vive só, que conhece os seus dramas, aí porque veio a resposta, inclusive uma resposta extremamente clara para a maioria absoluta dos Srs. Deputados aqui desta Casa.

Me permito nominar algumas das lideranças que exerceram ontem e em todos esses dias, uma força extraordinária, para fazer com que a população de Colombo se dividisse; afinal, um município de cento e sessenta mil eleitores, onde vai aumentar o seu FPM no próximo censo, e com a divisão, com certeza, perderia e perderia Guaraituba. Tivemos um trabalho magnífico desta Casa a favor do "sim", do Líder do Governo, Algaci Túlio, o nosso companheiro Ricardo Chab, o nosso ex-Presidente, Orlando Pessuti que muito fez para dividir aquele município e hoje está aqui um pouco mais triste, mas com certeza, Pessuti venceu a população de Colombo, o nosso querido amigo Luiz Carlos Martins que mandou beijinhos do coração para todos os amigos, também foi derrotado pelo poder local, o meu particular amigo Alborghetti com o seu sanduba em baixo do braço disse na televisão, mas lá não foi.

Então Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, concede a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, ouço o pronunciamento do Deputado Neivo Beraldin, muito feliz com o momento de graça vivendo, mas não posso admitir o seu pronunciamento em tom até de gozação para cima dos Parlamentares desta Casa, porque nominou a minha pessoa e outros companheiros que participaram do momento democrático no Município de Colombo.

Deputado Neivo Beraldin foi o vencedor, nós fomos derrotados. Agora não me parece ser aqui o fórum adequado para que o Deputado use a tribuna para fazer brincadeiras, para fazer gozações em cima dos Deputados que foram dar um apoio a um segmento da sociedade que exerceu democraticamente o direito de votar pelo sim ou não.

Não admito brincadeira dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de conceder a palavra ao ilustre Líder do PT, Ângelo Vanhoni, quero tão somente dizer ao ilustre, ao nosso companheiro Neivo Beraldin, que realmente vossa pessoa foi vencedora, e quanto aos demais Deputados que nomina, faz com que realmente sejam os perdedores.

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni, e em seguida a palavra o ex-Líder e Líder realmente, Luiz Claudio Romanelli.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, acho que o Deputado Algaci Túlio está um pouco magoado pela derrota que aconteceu lá em Guaraituba, mas o orador usando o seu espaço de Pequeno Expediente, está fazendo um relato de como é que foi o processo eleitoral no Município de Colombo, e isso é de interesse para a Assembléia Legislativa como um todo.

Então gostaria que V. Exa. garantisse a palavra ao Deputado Neivo Beraldin porque para mim está sendo bastante útil essa explanação que ele faz à Assembléia Legislativa. Entendo a mágoa do Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está assegurada a palavra, mas Pela Ordem, o vice-Líder do PMDB, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Venho na verdade reforçar o pedido para que o Deputado Neivo Beraldin, que está sem partido, mas é um Deputado Estadual no uso de suas prerrogativas regimentais, de poder tecer críticas, fazer julgamento de valor, o Sr. veja, a vitória que o Deputado Neivo Beraldin teve ontem em Colombo foi expressiva, ele derrotou até o Governador Jaime Lerner que apoiava a emancipação de Guaraituba, por isso, que V. Exa. assegure a palavra, e o Deputado Algaci Túlio tem que aprender também a ouvir críticas como um bom democrata que é, que foi inclusive do Partido Democrata Social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Já devolvo a palavra ao ilustre orador. Pela Ordem, o Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Quero fazer um breve relato, porque o meu nome foi mencionado pelo Deputado Neivo Beraldin.

Quero dizer ao Deputado Neivo Beraldin, que o pior político é aquele que não toma decisões. O bom político é o que toma decisão. Fui procurado pelos meus companheiros de Colombo e tomei uma decisão: apoiarei e apoio quantas vezes procurado

for, Deputado Neivo Beraldin.

O péssimo político é aquele que se esconde e não toma decisões; só aparece para o jantar da vitória.

O bom é aquele que vai conversar com a população, vai discutir com o eleitorado o melhor caminho para a sociedade. Não foi nessa década, Sr. Deputado, mas pode ser na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo novamente a palavra ao ilustre orador inscrito.

Ultrapassando o tempo do Pequeno Expediente, foi permitido mais um minuto para o término da sua locução.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Coloco a disposição do eminente Deputado Neivo Beraldin, nosso horário do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Mais um minuto e meio para V. Exa., na tribuna.

O SR. NEIVO BERARDIN - Quero fazer aqui uma consideração que considero especial. O Deputado Alborghetti foi à televisão e se manifestou a favor do "sim". Aí consulte o Deputado Alborghetti no sentido que ele cedesse o horário para falar a favor do "não". O Deputado Alborghetti viabilizou o horário na televisão e lá tivemos o nosso espaço democrático. Foi muito correto. Foi uma postura de um democrata. Deputado Alborghetti, a nossa brincadeira, mas a nossa consideração acima de tudo. Mais do que isso, quero cumprimentar a militância do PT que teve, não do lado do Deputado Neivo Beraldin, mas do lado dos vitoriosos. Quem são os vitoriosos? São aqueles que constituem o poder local, essa é a diferença, Deputado Algaci Túlio.

Não aqui no apelo da tribuna, para criar uma brincadeira com os Srs. Deputados. Mas é uma forma de dar um exemplo que o poder local é aquele que conhece os seus problemas e as suas soluções. E não podemos de forma até massacrante, dirigirmos a um município, com a maioria absoluta dos Srs. Deputados desta Casa para dirigirmos ao poder local e à população o direito de dizer "sim" ou "não".

Houve na verdade uma participação, exagerada desta Casa, houve também uma participação do nosso Presidente Anibal Khury.

O nosso Deputado Nelson Justus, que sempre foi contra a divisão de municípios, foi ao programa de rádio na Rádio Independência e se manifestou. Lá em Colombo e Guaraituba é diferente. O que é diferente em Colombo e Guaraituba e de Pinhais? O que é diferente de Colombo, Guaraituba e

Itapirucu?

Pensem quantos municípios foram criados, aqui na Região Metropolitana. Vamos diferenciar a Região Metropolitana com o interior do Estado, onde a população mora distante, tem dificuldades para escolher seus impostos, para ter acesso ao poder local. Não vamos confundir neste processo, a nossa grande Curitiba, que tem que ser planejada para o futuro, que tem que ter a mão amiga do Governo do Estado, através da COMEC, que os nossos Deputados metropolitanos inseriram no orçamento do Estado, recursos para desenvolver a Região Metropolitana. E não apenas na oportunidade eleitoral, fazer discursos e interferir politicamente no processo que apenas denuncia a população para decidir.

Não me considero vencedor, não, Deputado Cartário. Fui o companheiro do poder local. Estive do lado do Vereador, do Prefeito, do ex-Prefeito, da vice-Prefeita, daqueles que têm responsabilidade de administrar o município. E neste meu terceiro mandato posso dizer conheço os problemas e as soluções do Município de Colombo.

Vivi com o Prefeito e com o ex-Prefeito todos os momentos das suas administrações, tentando interferir junto ao Governo do Estado, para que viabilizem uma melhor qualidade de ensino à população de Colombo. Está ali um dos municípios do Paraná que maior número de alunos tem, porque são mais de 25 mil alunos que necessitam da administração local para seu transporte coletivo, para melhoria das suas salas de aula e aliás, Colombo é o único que conheço no Paraná, com exceção dos grandes municípios, onde o Prefeito está pagando pavimentação asfáltica, está dando ordem de serviço para a construção de escolas, para a construção de creches. Verifica-se em Colombo uma administração honesta e competente do Engenheiro Edson Strapasson. Por isso, é um momento de euforia? É.

É, porque ouvi ontem a população de Colombo dizer: "Vamos dizer SIM à unidade, porque a divisão enfraquece os dois lados". "Vamos dizer SIM." E com uma diferença de mil votos ficou registrada a posição unânime, basicamente da população. Ficou prevalecendo ali a demonstração - outro fato que preciso ressaltar. O Prefeito Strapasson jamais foi pedir votos como cabo eleitoral. Ele apenas informou à população, qual seria o prejuízo, o que significaria a divisão do município, passando os dados, passando os números e a população acatou e tem o Deputado Cartário, mais um companheiro amigo meu, que infelizmente esteve no lado errado e perdeu.

Deputado Cartário, com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes

de conceder a palavra ao Deputado Cartário, concedemos a palavra sua, no horário do PTB, porque o horário do Deputado Neivo Beraldin já se extinguiu.

Vossa Excelência ocupa o horário do PT.

Com a palavra, Pela Ordem, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quando se discute a questão democrática, não tem lado errado e lado certo. É o entendimento de cada pessoa. Entendemos, eu, os Deputados Anibal Khury, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Luiz Carlos Martins e outros companheiros, entendemos de participar do estado democrático. Agora, não pode Vossa Excelência, mais uma vez, todo emplumado na tribuna hoje, dizer que estamos do lado errado. Vossa Excelência está condenando aqueles que votaram pela separação do município. Isso pega mal para um político. Vossa Excelência não deve usar esse termo: "do lado errado".

Eu o condeno por isso.

O SR. NEIVO BERALDIN - Apenas estou dizendo que a participação local é que era fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está com o Deputado Geraldo Cartário e logo em seguida, o ex-Presidente, Deputado Orlando Pessuti.

Assume a Presidência, o Deputado Anibal Khury.

O Sr. Geraldo Cartário - Senhor Presidente, antes gostaria que Vossa Excelência considerasse que o tempo que vou usar no aparte, não seja do PTB, visto que não estou autorizado pelo líder do partido, e até mesmo porque fui citado pelo Deputado que ocupa a tribuna. Então, que não seja considerado o tempo que vou usar, pelo PTB.

Gostaria, Deputado Neivo Beraldin, de dizer que Vossa Excelência tem todo o direito de manifestar alegria. Até aí concordo plenamente. É um jogo democrático. Mas, não posso aceitar que Vossa Excelência diga que o povo de Guaraituba que votou o "não" é inteligente, porque aí Vossa Excelência está ofendendo os demais municípios que na história do Paraná, ainda há poucos anos atrás, eram apenas 70 municípios, hoje são 371, e Vossa Excelência não tem o direito de chamar o povo aqui da Fazenda Rio Grande, de burro. Vossa Excelência não tem o direito de chamar o povo de Pinhais de burro. Vossa Excelência não tem o direito de chamar ninguém de burro.

Quando Vossa Excelência coloca a coisa do lado da inteligência quem votou a seu

favor, e de burros aqueles que votaram contra, Vossa Excelência não tem esse direito.

Por essa razão é que quero lhe dizer com toda a franqueza: a história vai, precisamente, demonstrar o contrário do que Vossa Excelência está citando. O poder que Vossa Excelência tanto cita, que é o poder local, ou poder que foi usado pela prefeitura, dinheiro do povo, contra o povo de Guaraituba, e tem mais: lá existem 105 mil habitantes e apenas 3 mil habitantes foram na onda da Prefeitura, com mais de 1.000 funcionários trabalhando, cadastrando, e só os funcionários da prefeitura ameaçados, juntamente com os familiares, deram esses 3 mil votos.

Então, quero lhe dizer, Deputado Neivo Beraldin, com toda franqueza e amizade que nos une, que Vossa Excelência deve voltar para Colombo, soltar fogos, fazer festa, mas nunca ofender aqueles que não conseguiram ganhar, porque o Município de Guaraituba, hoje, é o único distrito no Brasil que tem mais de cem mil habitantes e que não é município. É a maior injustiça que a prefeitura de Colombo fez com aquela população.

Por isso, sua alegria é momentânea, Daqui a seis meses, principalmente na próxima eleição para Deputado, quero que Vossa Excelência vá a Guaraituba pedir voto - explicando que foi o baluarte do não que deixou o distrito na condição de sempre distrito.

O SR. NEIVO BERARDIN - O termo "burro" fica atribuído a Vossa Excelência, porque jamais me referi assim àquela população.

Mais uma observação: sempre abordei a visão macro da Região Metropolitana. Não só me referindo se Pinhais esteve certo ou esteve errado, apenas dei minha visão em termos de Região Metropolitana.

Em segundo lugar, gostaria de comunicar a Vossa Excelência que não são os moradores de Guaraituba que fazem as leis. Afinal, se a regra do jogo é 5 mil eleitores para se credenciar e que puderam votar, a regra não foi feita pelo município de Guaraituba, e tampouco, o prefeito de Colombo usou a máquina administrativa. Muito ao contrário, ele foi, na verdade, um grande líder que soube demonstrar o investimento que fez na área que pertence a Guaraituba e o investimento que faz na área que pertence a Colombo. E mostrou, claramente, que a maior receita é de Guaraituba e que o maior investimento é de Guaraituba. Mesmo porque, de quarenta e poucas escolas que tem, 37 pertencem a Guaraituba, creches, da mesma maneira.

Então, a população que necessita do poder local - a sua grande maioria - resi-

de em Guaraituba. E o prefeito, com números claros, com demonstrativo que simplesmente a população entendeu, votou a favor do não.

Então, o prefeito de Colombo está eximido de qualquer responsabilidade, por ter usado a máquina administrativa. Muito pelo contrário, se colocou numa posição de um homem que tem a responsabilidade de explicar a sua função, que é de prefeito de Colombo e Guaraituba.

A brincadeira, Senhores Deputados, que fiz ao Deputado Ricardo Chab, "que perdeu alguns quilinhos", foi apenas uma brincadeira. Considero que a participação é absolutamente democrática e absolutamente necessária. No entanto, apenas quis mostrar que deve prevalecer a vontade da maioria da população.

O Sr. Algaci Túlio - Me permite um aparte?

Só então para dizer que Vossa Excelência confirma e está de acordo com a minha intervenção inicial, quando disse que Vossa Excelência estava fazendo brincadeira com os Deputados da Casa. Vossa Excelência acabou de confirmar que fez uma brincadeira com o Deputado Ricardo Chab.

O SR. NEIVO BERARDIN - Uma brincadeira que retrata os fatos que ontem ocorreram em Guaraituba.

Senhor Presidente, era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ao término do brilhante exame do Deputado Neivo Beraldin, quero me congratular com Sua Excelência pela expressiva vitória de 3 mil eleitores sobre 105 mil cidadãos. Essa é uma vitória expressiva que deve ser registrada, porque permaneceu, naturalmente, a vontade de uma minoria sobre 105 mil habitantes, como disse o Deputado Geraldo Cartário.

Mas não resta dúvida que o Deputado Neivo Beraldin é o nosso novo herói aqui da Assembléia!

Com a palavra o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta legislatura já tive oportunidade de apresentar um projeto de lei prevendo a criação de um crédito educativo similar ao que existe, patrocinado pelo Governo Federal, com execução da Caixa Econômica Federal, que seja aplicado, posto em prática a nível de Estado do Paraná, com patrocínio do BANESTADO, com o intuito, com o objetivo de dar condições para que alunos de origem humilde tenham condições de pagar ao final do mês, do ano, as mensalidades das escolas particulares, que na verdade estão muito altas.

reais a saca, conforme o local, dependendo agora, evidentemente, das intempéries que assolam o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, baixando o preço, aliás, aumentando o preço, porque lá está ocorrendo uma seca e prejudicando, hoje é um fator importante, já que nós verificamos que principalmente os pequenos agricultores tiveram por ocasião da situação da agricultura nacional neste momento, uma safra esperançosa com relação com relação à safra de feijão.

É preciso que o Governo Federal intervenha e coloque pelo menos os recursos necessários para aquisição, através da AGF, o que determinaria a segurança dos agricultores com relação ao preço mínimo estabelecido.

Além do feijão, verificamos que muitos agricultores venderam o milho a R\$ 3,00, R\$ 3,50 a saca na época da safra, e hoje muitos agricultores que fazem da sua cultura de subsistência, que é o milho, a transformação deste produto na produção da carne suína.

Os suinocultores do PR. estão enfrentando dificuldades para adquirir este produto, que se encontra a cerca de R\$ 7,00 a saca, de tal forma que nesse preço, praticamente, inviabiliza sua atividade.

O que estamos solicitando - e já conversamos com a Companhia Nacional do Abastecimento e também com o Ministério da Agricultura - é no sentido de que o Governo Federal estabeleça uma política de compra do feijão do agricultor, pelo menos o número de sacas que possa garantir o preço mínimo estabelecido pelo próprio Governo Federal; e com relação ao milho, que o Governo Federal coloque à disposição dos agricultores, os leilões da CONAB, para que esses agricultores, ao invés de comprar o milho dos intermediários, possam fazer a sua aquisição no balcão, com preço inferior ao preço repassado de R\$ 7,00 a saca, o que está se cobrando hoje.

Esses dois assuntos, meu caro Presidente, vamos tratar com o Diretor Nacional de Abastecimento, da Companhia Nacional de Abastecimento, aqui na Assembléia, no dia 18, na segunda-feira que vem, e gostaria de chamar a atenção dos Deputados, principalmente daqueles que representam o interior do Estado, para que pudéssemos participar e verificar uma alternativa possível, para que sejam minimizados esses problemas e deixados pelos nossos agricultores.

Era o que tinha a colocar nesse horário do Pequeno Expediente, e fazer um convite aos Deputados para participarem dessa reunião e uma convocação dos Deputados que pertencem à Comissão de Agricultura desta Casa, para que possamos fazer essa reunião com o Ministério da Agricultura e achar alternativas que possam viabilizar a solu-

ção para esses problemas.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente.

Quero inicialmente, saudar aqui a presença dos Vereadores de Laranjeiras do Sul, Claudir Croti e Waldemar Zocche.

E também me inscrevi hoje, Senhor Presidente, para falar do assunto que o Deputado Augustinho Zucchi já mencionou aqui desta tribuna.

A preocupação nossa, e que trazemos a esta Assembléia, é em relação ao grave problema que está ocorrendo com os produtores de feijão da nossa região.

A safra já começou, e nós sabemos e entendemos a grande problemática que é mexer com o produtor e com o consumidor: logicamente que de um lado não se quer pôr o produto barato na mesa do consumidor. Do outro lado, há a pressão justa para que o produtor brasileiro e sobretudo o paranaense, tenha pelo seu produto, pelo seu trabalho, a recompensa justa para que possa da terra continuar sobrevivendo valentemente, porque a situação é de desespero.

Senhor Presidente, lá no Oeste e Sudoeste do Paraná, hoje, na cidade de Capitão Leônidas Marques, uma das maiores produtoras de feijão da nossa região, e do Estado do Paraná, o agricultor está vendendo feijão, meu prezado amigo Deputado Edson Silva Lino, a R\$ 12,00 a saca; quando o Governo deveria estabelecer um preço mínimo de R\$ 24,00, deveria ter um propósito sério de garantir ao agricultor a aquisição do seu produto, pelo menos pelo preço mínimo, porque isso dá apenas e tão somente para que o agricultor possa pagar os custos da produção.

Para se produzir um saco de feijão, gasta-se, numa boa lavoura, R\$ 21,00 a R\$ 22,00. Ocorre, Senhor Presidente, que lá na nossa região, a seca prejudicou enormemente a produção de feijão. E lavouras que produziam 80, 90 sacos por alqueire, hoje não produzem mais do que 40, 50; e o agricultor ainda tem a tristeza e a amargura de ter que vender o seu produto por R\$ 12,00, a metade do preço mínimo. O que se pretende, Dep. Augustinho Zucchi, é louvável a decisão da Comissão de Agricultura, para que pressionemos o Governo, o Ministério da Agricultura, para que liberem recursos através do Banco do Brasil, para garantir o preço mínimo dos plantadores de feijão, porque muitos agricultores estão fazendo desta safra a sua última cartada.

Já ouvi lá, Deputado Anibal Khury, na nossa região, dezenas de agricultores falaram em reuniões, em assembleias, ou par-

reais a saca, conforme o local, dependendo agora, evidentemente, das intempéries que assolam o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, baixando o preço, aliás, aumentando o preço, porque lá está ocorrendo uma seca e prejudicando, hoje é um fator importante, já que nós verificamos que principalmente os pequenos agricultores tiveram por ocasião da situação da agricultura nacional neste momento, uma safra esperancosa com relação com relação à safra de feijão.

É preciso que o Governo Federal intervenha e coloque pelo menos os recursos necessários para aquisição, através da AGF, o que determinaria a segurança dos agricultores com relação ao preço mínimo estabelecido.

Além do feijão, verificamos que muitos agricultores venderam o milho a R\$ 3,00, R\$ 3,50 a saca na época da safra, e hoje muitos agricultores que fazem da sua cultura de subsistência, que é o milho, a transformação deste produto na produção da carne suína.

Os suinocultores do PR. estão enfrentando dificuldades para adquirir este produto, que se encontra a cerca de R\$ 7,00 a saca, de tal forma que nesse preço, praticamente, inviabiliza sua atividade.

O que estamos solicitando - e já conversamos com a Companhia Nacional do Abastecimento e também com o Ministério da Agricultura - é no sentido de que o Governo Federal estabeleça uma política de compra do feijão do agricultor, pelo menos o número de sacas que possa garantir o preço mínimo estabelecido pelo próprio Governo Federal; e com relação ao milho, que o Governo Federal coloque à disposição dos agricultores, os leilões da CONAB, para que esses agricultores, ao invés de comprar o milho dos intermediários, possam fazer a sua aquisição no balcão, com preço inferior ao preço repassado de R\$ 7,00 a saca, o que está se cobrando hoje.

Esses dois assuntos, meu caro Presidente, vamos tratar com o Diretor Nacional de Abastecimento, da Companhia Nacional de Abastecimento, aqui na Assembléia, no dia 18, na segunda-feira que vem, e gostaria de chamar a atenção dos Deputados, principalmente daqueles que representam o interior do Estado, para que pudéssemos participar e verificar uma alternativa possível, para que sejam minimizados esses problemas e deixados pelos nossos agricultores.

Era o que tinha a colocar nesse horário do Pequeno Expediente, e fazer um convite aos Deputados para participarem dessa reunião e uma convocação dos Deputados que pertencem à Comissão de Agricultura desta Casa, para que possamos fazer essa reunião com o Ministério da Agricultura e achar alternativas que possam viabilizar a solu-

ção para esses problemas.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente.

Quero inicialmente, saudar aqui a presença dos Vereadores de Laranjeiras do Sul, Claudir Croti e Waldemar Zocche.

E também me inscrevi hoje, Senhor Presidente, para falar do assunto que o Deputado Augustinho Zucchi já mencionou aqui desta tribuna.

A preocupação nossa, e que trazemos a esta Assembléia, é em relação ao grave problema que está ocorrendo com os produtores de feijão da nossa região.

A safra já começou, e nós sabemos e entendemos a grande problemática que é mexer com o produtor e com o consumidor: logicamente que de um lado não se quer pôr o produto barato na mesa do consumidor. Do outro lado, há a pressão justa para que o produtor brasileiro e sobretudo o paranaense, tenha pelo seu produto, pelo seu trabalho, a recompensa justa para que possa da terra continuar sobrevivendo valentemente, porque a situação é de desespero.

Senhor Presidente, lá no Oeste e Sudoeste do Paraná, hoje, na cidade de Capitão Leônidas Marques, uma das maiores produtoras de feijão da nossa região, e do Estado do Paraná, o agricultor está vendendo feijão, meu prezado amigo Deputado Edson Silva Lino, a R\$ 12,00 a saca; quando o Governo deveria estabelecer um preço mínimo de R\$ 24,00, deveria ter um propósito sério de garantir ao agricultor a aquisição do seu produto, pelo menos pelo preço mínimo, porque isso dá apenas e tão somente para que o agricultor possa pagar os custos da produção.

Para se produzir um saco de feijão, gasta-se, numa boa lavoura, R\$ 21,00 a R\$ 22,00. Ocorre, Senhor Presidente, que lá na nossa região, a seca prejudicou enormemente a produção de feijão. E lavouras que produziam 80, 90 sacos por alqueire, hoje não produzem mais do que 40, 50; e o agricultor ainda tem a tristeza e a amargura de ter que vender o seu produto por R\$ 12,00, a metade do preço mínimo. O que se pretende, Dep. Augustinho Zucchi, é louvável a decisão da Comissão de Agricultura, para que pressionemos o Governo, o Ministério da Agricultura, para que liberem recursos através do Banco do Brasil, para garantir o preço mínimo dos plantadores de feijão, porque muitos agricultores estão fazendo desta safra a sua última cartada.

Já ouvi lá, Deputado Anibal Khury, na nossa região, dezenas de agricultores falaram em reuniões, em assembleias, ou par-

ticularmente, "essa é a última tacada, se não sair, se não conseguir me liberar, me livrar do pesadelo da dívida de banco, se não conseguir fazer sobrar um pouco dessa safra vou embora para a cidade, porque da terra não consigo mais sobreviver". É o que diz o agricultor.

E este nosso grito aqui nesta Assembléia, composta por homens eleitos pelo povo do Paraná, tem que encontrar eco lá em Brasília, no Ministério da Agricultura e no Governo Federal, para que o Governo se esmere enquanto há tempo e libere os recursos para garantir a aquisição do feijão para o agricultor, nem que seja uma cota por produtor, como propôs o Deputado Augustinho Zucchi, uma cota de 40, 50 sacos pelo menos, garantindo o preço mínimo para que o agricultor não tenha prejuízos. O seu golpe de misericórdia, como está prenunciado nesta safra de feijão, como já veio na safra de milho, como já veio na safra de trigo, como já veio na safra de soja e por aí afora.

É por isso que vamos fazer aqui também um requerimento e queremos o apoio desta Assembléia para poder sensibilizar o Governo Federal de que é preciso abrir os seus olhos e também o seu coração para que não tenhamos mais o problema social aumentado no nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Devemos votar no dia de hoje, no item 3 da pauta, já em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 491/95 de autoria do Poder Executivo, que dispõe que as autarquias e fundações criadas na estrutura do Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado até 90% do saldo financeiro disponível conforme especifica. Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, se manusearmos o projeto de lei que está se votando nesta Assembléia, esta lei passa a vigorar como norma constante, permanente, na centralização dos recursos no Tesouro do Estado, retirado das fundações e das autarquias.

Vamos analisar Senhor Presidente e Senhores Parlamentares o que diz Eli Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro: autarquia, conceito: entes administrativos autônomos, criados por lei específica, com personalidade jurídica de direito público e interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas. Isso é uma autarquia. Portanto, autonomia, patrimônio próprio, gerindo o seu patrimô-

nio no conceito jurídico de autarquia. Fundações: entes públicos que após a sua existência podem receber recursos e doações constituindo o seu patrimônio.

O Governo está enviando esta lei retirando até 90% dos recursos das fundações e autarquias para o Caça do Tesouro para fim não especificado. Mas, muito bem, o que é, Deputado Ricardo Chab, algumas fundações, FUNDEPAR; fundação que mexe com a estrutura inteira do ensino do Estado do Paraná na construção de salas de aula. A FUNDEPAR é uma fundação, Deputado Zucchi, que está inclusive atrasada com pagamentos de convênios com os municípios. E seguramente tem recursos de saldo de caixa, que ao invés de pagar os convênios assinados aos municípios, vão repassar até 90% para aplicação do Tesouro.

E autarquia, Deputado Ricardo? Apenas algumas, fora as que já existem. A Lei nº 9663 de 16/07/91 transformou as fundações estatais em autarquias. De conformidade com a Lei nº 8385 de 1987, quais são essas fundações transformadas em autarquias, Deputado José Maria? A Fundação Social do Paraná é uma autarquia; a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - a FAMEPAR, é uma autarquia; a Fundação de Esporte e Turismo é autarquia; Fundação Educacional do Estado do Paraná; Fundação Escola de Música e Belas Artes; Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão; Faculdades de Artes do Paraná; Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana; Faculdade Estadual de Educação - Ciências e Letras de Paranavaí; Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro; Faculdade de Educação de Jacarezinho. E aqui, Deputado Tavares entra a Universidade de Londrina, a Universidade de Maringá, a Universidade de Ponta Grossa, a Universidade de Cascavel.

Todas as universidades que transformadas em autarquias, perdem o quê com isso? Perdem a grande luta da universidade, que é a sua autonomia financeira. Está aqui no artigo 4º, desta mesma lei. As universidades gozam de autonomia didático - científico-administrativo e de gestão financeira e patrimonial. E obdeceração o princípio da indissolubilidade entre ensino, pesquisa, extensão e integração entre os níveis de ensino.

Quem pode Deputado José Maria, capar o caixa da universidade em até 90%, não pode falar em autonomia universitária.

E quero saber, Deputado Colombo, qual é o argumento que vamos usar aqui para aumentar em mais de 60% na média, as taxas do DETRAN, se o DETRAN também poderá ter recolhido até 90% do seu fundo de caixa. Então o dono de carro com mais de quinze anos que está sendo abolida a isenção; quem puxa com o caminhãozinho para a feira

Curitiba, segunda, em 25.10.95

para vender verdura; o viajante que ganha o seu sustento, através do trabalho de vendas com o seu "fusqueta", vai ter aumentado o seu IPVA, a título aqui, nos pronunciamentos desta Casa, de reforço ao órgão do Estado que precisa se atualizar, precisa se computadorizar, precisa fazer recuperação de estradas, de asfalto, fazer manutenção.

Mas quem pode afirmar que isso é verdade, se autorizamos levar todo o dinheiro do caixa para fins não especificados?

Lei é um princípio geral de conduta eterna, até a sua revogação está valendo. Então não é possível transformarmos um princípio jurídico das fundações e universidades, retirando esse recurso do caixa.

E um detalhe chama a atenção do Chefe do Executivo. Uma mudança a ser avaliada como estratégia de administração pública. Hoje podemos pegar o DETRAN com volume de caixa, a Fundação Teatro Guaíra, a Rádio e TV do Paraná, uma universidade, qualquer uma das fundações ou autarquias do Estado, com recursos em caixa, porque está se programando orçamentariamente para poder se aperfeiçoar. Agora, me pergunto, quem for diretor administrativo de uma fundação ou de uma autarquia, no ano de 1996, e que souber que no final do ano podem recolher todo tostão que ele economizou durante o ano inteiro, sem ter prioridade, sem ter planejamento, ele vai acabar gastando estes recursos antes que no final do ano o Tesouro lhe tome este dinheiro do seu caixa, e aplique em fins não esclarecidos. Ou não?

Portanto, acho que temos que pensar. Muitas emendas foram apresentadas em 2ª. Discussão; elas precisam ser avaliadas, acredito que a Presidência vá devolver à C.C.J., para análise dessas emendas. Eu mesmo tenho uma emenda apresentada com o fito de estancar a votação, em 2ª. Discussão, no dia de hoje, Deputado Pessuti, porque pretendo, até amanhã, pensar mais sobre ela, de manter ou retirar, porque é uma emenda que diz que esta lei só tem validade para 1995, é uma emenda de alto risco para um Deputado da Oposição apresentar!

O Deputado José Maria tem também uma emenda que diz que isso só passa a valer para o ano que vem e não agora.

Deputado Cezar Silvestri, lhe concedo o aparte.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Caíto Quintana, estava prestando atenção ao seu pronunciamento, e algumas preocupações nos vieram, em virtude de representarmos a região Centro-Oeste do Paraná, e há dias atrás nós tivemos o reconhecimento da nossa Universidade, a UNICENTRO.

Logicamente que a partir do reconheci-

mento, muitos recursos serão necessários para que este reconhecimento seja implantado, em sua plenitude, e isso nos trouxe certas preocupações.

Estava lendo aqui este projeto quando fala que "as autarquias e fundações criadas no Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado até 90% do saldo financeiro disponível. O ativo financeiro menos o passivo financeiro, exclusivo os recursos de aplicação vinculada".

Acho que precisaria, na verdade, uma maior explicação, inclusive por parte do Líder do Governo, quais os recursos que ficam assegurados?

Tenho certeza que o Diretor-Presidente da UNICENTRO que hoje nos honra com a sua presença, também está com esta dúvida. Existem alguns recursos de caixa, existe disponibilidade de caixa, na UNICENTRO, agora o homem também está com esta dúvida...

Acho que, para que possamos votar com toda tranqüilidade, precisamos desses esclarecimentos por parte do Governo. Porque, se não tivermos este esclarecimento, inclusive isso eu falo em meu nome pessoal, não discuti com a Bancada, mas votarei contrário a este projeto, acredito que há necessidade de uma melhor discussão.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Concedo o aparte ao Deputado José Maria.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Caíto, Vossa Excelência traz, nesta tarde, com muita lucidez, uma questão que é de grande importância.

O setor universitário, tanto brasileiro como paranaense vem trabalhando para sua autonomia, para que possa efetivamente trazer, dentro de seus contornos, a administração da educação, do ensino, e com essa lei perdemos todo esse trabalho e deixaremos de ter a universidade autônoma. E mais, o Estado passará a receber tributo como se fosse taxa. É o caso do DETRAN, hoje as nossas multas são pesadas, a receita é expressiva e o Estado tem verdadeiro interesse em transformar multas em verdadeiros tributos impostos, que passarão a ser gastos sem definição orçamentária, sem nenhum planejamento, o que se requer para uma boa administração.

Vossa Excelência traz, com muita lucidez, e espero que esta Casa tenha sensibilidade para acompanhar a sua colocação e estudar, verificar com o Governo, verificar com a Liderança do Governo, que possamos dar o melhor encaminhamento possível a esta questão, resguardando a autonomia das Universidades, e sobretudo o princípio que levou a criação das Fundações, das Autarquias.

Parabéns pela colocação que faz nesta Casa.

O Sr. Jocelito Canto - Gostaria de me somar às suas palavras e às do Deputado José Maria Ferreira, e dizer que, atendendo até um pedido da nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa - a qual nós também representamos nesta Casa - mas concordamos plenamente com o seu pronunciamento e dos demais companheiros aqui e pedimos aos demais companheiros que votem favorável ao ensino.

O ensino neste Paraná, está sendo assassinado, estão matando o ensino em todos os setores e é preciso se dar respeito, principalmente porque a educação - como eu disse recentemente - faz parte do futuro dos nossos filhos, de todos nós e de todo o Estado do Paraná. E é por isso que concordamos plenamente com o seu pronunciamento e o nosso Partido, PSC, fica junto nesta luta para que esse projeto não seja aprovado desta forma e que, se for aprovado, que haja uma emenda e que nessa emenda se exclua, não se coloque as Universidades, para que elas possam ser autônomas e fortalecidas.

Era esse o nosso pronunciamento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - E para encerrar, Deputado Anibal Khury, as Universidades - acredito que o consenso desta Casa vai tirá-las - mas fica aqui a advertência do Deputado José Maria: o DETRAN recolhe a taxa, taxa não se transforma em imposto, não podemos captar do Estado nas suas autarquias e fundações recursos necessários; a FUNDEPAR tem obrigações com contratos de execução de obras que ainda não foram pagas, não podem arrecadar o seu dinheiro.

E aproveito, Senhor Presidente, para propor a Vossa Excelência, ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, não há a má vontade por parte dos nossos companheiros de entender os momentos de dificuldades econômicas que eventualmente esteja vivendo o Poder Público, de que amanhã pela manhã possamos reunir pelo menos as lideranças partidárias, ouvir por parte de Sua Excelência o Líder do Governo ou do Secretário do Planejamento, ou da Administração, as colocações pertinentes e necessárias para que possamos encontrar uma forma de solucionar um eventual problema que possa existir com o pessoal, inclusive no Estado, mas que não se faça uma lei com caráter perpétuo, quando ela contraria a própria origem jurídica da questão das fundações e das autarquias.

De nossa parte, Deputado Algaci Túlio, quero lhe dizer que estamos perfeitamente abertos para discussão, encontrar um caminho para podermos assegurar ao Estado a possibilidade de manter os seus compromissos

com a folha de pagamento e com pessoal, mas não com uma lei genérica permanente, que vai sofrer grandes consequências para o Estado e vai revoltar inclusive diversos setores da nossa economia.

O Sr. Irineu Colombo - Bem, endossando aqui as vossas palavras, quero manifestar aqui, aproveitando este aparte, a posição do Partido dos Trabalhadores, fundamentado inclusive num estudo feito pela nossa Liderança, em que - primeiro a questão legal - o projeto é inconstitucional, que fere o artigo 37, inciso 19. Ele é ilegal e cabe também - mesmo que aprovado por esta Casa - ação popular por um ato lesivo ao patrimônio da Fundação, tanto é que um jurista, Lopes Meirelles, diz: "Sendo autarquia os serviços públicos descentralizados, personalizados e autônomos, não se acha integrado na estrutura orgânica do Executivo, nem hierarquizados em qualquer chefia, mas são também vinculados à administração direta, compondo separadamente a administração indireta do Estado com outros Estados autônomos".

Aí vem outro aspecto político, deixando a questão jurídica de lado. Se admitirmos que uma fundação, que uma autarquia é um órgão acessório para descentralizar o aparato estatal, para ter eficácia no gerenciamento dos problemas particularizados, e nós, lhe dando autonomia retirarmos o instrumento financeiro que é o dinheiro, que é o recurso que ele dispõe, na verdade, você está colocando um boneco, porque para essa fundação ter vida, vai ter que passar o pires ao Governo do Estado, pedindo dinheiro.

Portanto, a fundação, na prática, deixa de existir. As autarquias deixam de existir. E criamos aí, com toda uma discussão, inclusive política, do papel do Estado, sob a égide dessa lei que o Governo Estadual pretende propor.

Baseado nisso, até recomendo que as demais Bancadas pensem na possibilidade de estar aprovando uma lei inconstitucional que vai proporcionar chuvas de ações populares diante da flagrante inconstitucionalidade, e a ilegalidade, que fará ir por terra a intenção do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhora Deputada.

Primeiramente, apenas para comunicar à Casa que ontem realizou-se o plebiscito no Distrito Fernandes Pinheiro, e o resultado foi: 80% da população daquela região, votaram no SIM, criando, decidindo pela criação do novo município.

Curitiba, segunda, em 11.12.95

Mas, na verdade, o que me traz à tribuna, Senhor Presidente, é um assunto que para muitos pode não ter muita importância, mas para mim e para uma parcela da sociedade, vem causando um transtorno muito grande. Tenho consciência de que não há, por parte desta Casa, muito interesse que se debata, que fale sobre este assunto.

Durante este final de semana - mais especificamente no dia de ontem, no domingo - acompanhamos pela televisão - acompanhamos também de perto, porque percorremos a região de Campo Mourão, Irati, Guarapuava, enfim, a BR-277 principalmente; e o que me chamou a atenção, foi exatamente de ver o exército brasileiro nas estradas, parando os ônibus que vêm ou que vinham da região de Foz do Iguaçu.

Durante a campanha eleitoral, fui o primeiro Deputado do PMDB a apoiar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a apoiar o seu Plano de Governo e apoiá-lo rumo à Presidência da República. Mas essa sua decisão de colocar o exército prendendo os ônibus que vêm de Foz do Iguaçu, que vêm, evidentemente, carregados de alguns produtos natalinos, não estou de acordo, e quero deixar registrado aqui, nesta tarde, neste Plenário, a minha contestação contra esta ação. Tirar das famílias presentes de crianças que estão aí às vésperas do Natal, tirar os enfeites dos pinheirinhos, tirar todo aquele ânimo das famílias mais empobrecidas do nosso Estado e do nosso País, tirar-lhes o direito de enfeitar o seu pinheirinho de Natal, tirar o direito das crianças brasileiras, das crianças paranaenses de se ter ali, com cento e cinquenta reais, os presentes para sua família, para os seus amigos.

É uma atitude incoerente a meu ver, do próprio Governador Jaime Lerner - que não sou do seu Partido, faço parte do bloco de oposição, em que pese estar votando em muitas matérias, na maioria delas em favor do Governo - foi muito feliz em suas colocações quando disse, através da televisão, através da imprensa do Estado do Paraná, que os sacoleiros não são contrabandistas, não é o sacoleiro que está quebrando as indústrias e as grandes empresas do nosso País. Parabenizei o Governo por ter tomado aquela decisão em nome dos mais pobres do nosso Estado, Senhor Presidente, em nome das famílias mais empobrecidas do nosso País, que vão com sacrifício, viajando noites e noites, muitos deles com os seus trocados nos bolsos, para fazer um Natal mais feliz para a sua família, para os seus parentes, para os seus amigos.

E entretanto, na BR-277, na Polícia Rodoviária Estadual, estão lá barracas apinhadas de mercadorias apreendidas pela Polícia Estadual, Federal, pela Receita e

pelo próprio Exército. E vi com tristeza, no restaurante aqui em São Luiz do Purunã, acompanhando pela televisão, o povo perplexo, quando começou a imprensa colocar e mostrar a apreensão daquelas mercadorias. Os motoristas, os viajantes, diziam concretamente: "Isto é um absurdo, Senhor Deputado". Uma mulher sentada, dizendo: "Eu não roubei nada e levaram os trezentos reais que eu tinha, que eram os enfeites de Natal, os presentes das minhas crianças, e estão ali nas mãos do Exército, estão ali nas mãos do Governo."

Meus prezadíssimos companheiros desta Casa, quero que fique registrado aqui neste momento o meu apoio, e faço aqui um apelo ao Governador Jaime Lerner ao seu Líder do Governo, Algaci Túlio, que volte o nosso Governador a intervir neste processo. V. Exa. é um Líder que tem se destacado aqui dentro desta Casa na qualidade de Líder do Governo. Não tenho me cansado de elogiar aqui o seu trabalho, mas é importante que V. Exa., como Líder do Governo do Estado do Paraná aqui nesta Casa fale logo mais com o Governador Jaime Lerner e peça em nome dos pobres deste Estado, em nome, sim, se for preciso, dos sacoleiros, porque na verdade é o povo que está desempregado que precisa ter um lucrinho a mais para poder ter um Natal mais feliz.

O Sr. Ricardo Chab - V. Exa. me permite um aparte?

O SR. TOTI COLAÇO - Concedo um aparte ao Deputado Ricardo Chab, com a permissão do Presidente Anibal Khury evidentemente, se for possível, porque o meu horário está esgotado.

O Sr. Ricardo Chab - Estou ouvindo o Deputado e acho que as suas ponderações são realmente verdadeiras, no que diz respeito às famílias que se sustentam, comprando a chamada "muambinha" em Foz do Iguaçu, e até faço um aparte neste momento, para registrar ao Deputado que tenho recebido lá na Rádio Cidade, na Televisão Bandeirantes, inúmeros telefonemas e fax de pessoas que hoje na verdade não têm como produzir, porque estão impedidas de ir ao Paraguai e até algumas que perguntam o seguinte: "É justo as Forças Armadas agora darem em cima dos sacoleiros?" Até hoje essa pergunta é feita, Deputado.

Então, passo isso para o Senhor, no sentido de poder esclarecer mais a palavra do Deputado nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, gostaria de usar o horário da Liderança do PMDB por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já foi usado pelo Deputado Caíto Quintana.

O SR. TOTI COLAÇO - Então, apenas para concluir, Sr. Presidente, fica aqui este registro e o apelo à Liderança do Governo, para que possa o Governador Jaime Lerner interferir nesse processo e fazer com que o nosso respeitável Exército deixe de estar presente nestas rodovias com esta finalidade. Porque na verdade ali são irmãos nossos, famílias carentes, famílias desempregadas que precisam mais do que nunca de alguns trocados a mais. E a forma que eles utilizaram e estão utilizando, para poder ter evidentemente, um Natal mais feliz, entre eles e seus familiares. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registramos a presença, a convite do Deputado Cezar Silvestri, do Professor Wilson Milanes, Diretor-Presidente da UNICEF de Guarapuava, aqui nesta Casa.

PPR.

PT. Doutor Rosinha.

A Mesa anuncia a presença do Sr. Marcos Eduardo Freitas Rodrigues, vice-Presidente do Sindicato dos Fiscais de Contribuição Previdenciária do Estado do Paraná e concede a palavra a S. Exa..

O SR. MARCOS EDUARDO FREITAS RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Estamos aqui hoje, representando a Frente Parlamentar de entidades civis e militares em defesa da Previdência Social Pública, nesse horário gentilmente, cedido pela Liderança do PT.

A Frente Parlamentar tem o caráter nacional, com projeções regionais e já está constituído aqui também, no Estado do Paraná, por 22 entidades, entre as quais duas centrais. São propostas da frente, defender a seguridade social pública, defender a realização de uma auditoria pública nas contas da Previdência Social, discutir a seguridade social, sobre a ótica dos trabalhadores e dizer um "não" veemente à desconstitucionalização dos direitos previdenciários dos trabalhadores, do pequeno produtor rural, do trabalhador rural e dos servidores públicos em geral.

Como é de conhecimento de Vossas Excelências, tramita em Comissão Especial, na Câmara dos Deputados, em Brasília a proposta nº 33/95 de autoria do Poder Executivo. Com o discurso de que a Previdência Social está em regime falimentar e de que o Sistema de Previdência Social hoje adotado no Brasil é um sistema ironicamente chamado de "Robin Wood às avessas", porque tira dos mais pobres para passar para os mais ricos. Suprime uma ação de direitos históricos dos trabalhadores brasileiros.

Poderíamos citar como exemplo, entre os direitos que seria suprimido por essa proposta de linha constitucional o fim da aposentadoria por tempo de serviço, o fim da aposentadoria proporcional, o fim das aposentadorias especiais, dos professores e trabalhadores rurais, o fim da paridade remuneratória entre os servidores públicos civis ou aposentados, o fim da autonomia de isenção de recursos de cada área da seguridade.

Isso é muito importante, a Previdência deixaria de ter autonomia para gerir os seus recursos. O Ministério da Saúde da mesma maneira e a própria Assistência Social, dentro do Ministério da Previdência Social deixaria de ter autonomia para gerir seus recursos, se aprovada a proposta da Lei constitucional nos termos em que foi encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Seria introduzido o critério da idade mínima como forma de dificultar a aposentadoria do trabalhador brasileiro. Seria ainda retirar da história pública o seguro acidente de trabalho. Os dois sexos seriam equiparados, sexo masculino e feminino não teriam mais diferenciação no tratamento dos direitos previdenciários, quando ainda sabemos que o sexo feminino faz duas, quando não faz três jornadas ainda no Brasil.

E por último, seria retirada a possibilidade que os Estados e municípios têm hoje de legislar sobre a Previdência Social, ficando a iniciativa de qualquer tipo de legislação nessa área restrita ao Poder Executivo Federal, ao Congresso Nacional, através até do Poder Executivo Federal.

A justificativa para a supressão desses direitos são as mais variadas possíveis: passa basicamente, como coloquei anteriormente, pela eventual falência do sistema, e esse é o primeiro ponto que gostaríamos de levantar aqui, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

O Tribunal de Contas da União realizou recentemente, até meados deste ano, uma auditoria nas contas da Previdência Social e os números levantados pelo Tribunal de Contas da União são bastante simbólicos, bastante interessantes, para repor a realidade dos fatos. O Tribunal constatou que a partir de 1992, incluindo 1993 e 1994, a Previdência Social tem tido "superávits" seqüenciais em suas contas.

Dados do Tribunal de Contas da União:

1992 - superávit de 1 bilhão, 251 milhões de reais;
1993 - 1 bilhão, 561 milhões de reais;
1994 - 2 bilhões, 164 milhões de reais.

Nos parece difícil entender de onde vem essa suposta falência da Previdência

Curitiba, segunda, em 11.12.95

Social.

É importante realçar que dentre as mudanças que a Constituição de 1988 trouxe para o nosso sistema legal, um dos que reputamos mais importantes, foi a instituição do sistema de Seguridade Social. Reflitam bem: há uma diferença básica entre Seguridade Social e Previdência Social. A Seguridade Social abrange tanto a Previdência quanto a Assistência Social e quanto ao atendimento à saúde pelos entes públicos.

É portanto, uma abrangência muito maior, e portanto tem gastos maiores, até porque incluem os gastos da própria Previdência Social em seu orçamento.

As contas que o Tribunal também nos apresentou a respeito da Seguridade para o exercício de 1994, são bastante interessantes. Dentre os recursos que financiariam a Seguridade Social como um todo, torno a frisar, não somente a Previdência Social, estariam contidas as contribuições incidentes sobre as folhas de pagamento dos trabalhadores que no ano passado, arrecadaram 28,7 bilhões de reais. A contribuição sobre o faturamento das empresas que no ano passado arrecadou 10,72 bilhões de reais; a contribuição sobre o lucro líquido das empresas, que no ano de 94 arrecadou 4,5 bilhões de reais. Recursos provenientes de concurso de prognósticos, arrecadaram 230 milhões de reais no exercício de 1994. O total da arrecadação, portanto, montou a 49,4 bilhões.

As despesas das três áreas da Seguridade: Previdência, Saúde e Assistência Social, montaram a 38,8 bilhões, com resultado superavitário global da Seguridade como um todo, de 10,54 bilhões de reais. Tornamos a questionar: aonde a falência da Previdência Social Pública? Aonde o déficit na Seguridade Social brasileira como um todo? Mas o Tribunal de Contas da União trouxe outros dados bastante interessantes, ainda que, gostaríamos de apresentar aos Senhores Parlamentares.

Foi levantado por técnicos desse Tribunal, que a Previdência Social - retornamos a falar especificamente em Previdência Social - tem débitos lavrados pela fiscalização previdenciária em cobrança, em sua carteira de cobrança, passem os Senhores, com a magnitude deste número, 40 bilhões de reais, que o próprio Tribunal considera de difícil cobrança ou incobráveis, em função da dificuldade da ineficácia, da ineficiência do próprio INSS em promover essa cobrança, ou seja, uma questão absolutamente gerencial.

Não se trata de suprimir direito dos trabalhadores brasileiros para cobrir a incúria e a falta de competência na administração da previdência social ao longo dos seus 70 anos de existência. São 40 bi-

lhões de reais em cobrança, torno a frisar.

Uma outra questão interessante que a gente gostaria de trazer a esta Casa, é a questão da economia informal.

Dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 1990, quando foi realizada a última pesquisa nacional por amostragem domiciliar, dão conta de que 50% da população economicamente ativa no Brasil não contribui para a Previdência Social. Usufruem do serviço da saúde - que é universal, da Assistência Social, mas não contribuem para a Previdência, portanto, não poderão se aposentar, por não terem feito parte dos contribuintes do Sistema. São 30 milhões de brasileiros. A Previdência Social não corre atrás desses 30 milhões que deixam de contribuir. Além da economia informal, é público e notório que na própria economia informal, o índice de sonegação é elevadíssimo.

Existe apenas um estudo próprio, por incrível que pareça, apenas um estudo técnico, elaborado pela Senhora Sandra Teixeira de Almeida, que, inclusive, quando o Ministro Reinhold esteve nesta Casa, em junho, se reportou a ele, esse estudo nos dá conta de 41,03% - dados de 88, porque não há dados mais recentes - de recursos da Previdência Social são evadidos. Deixam de ser arrecadados. São trabalhadores com carteira assinada, com registro formal de trabalho, cujas contribuições não são repassadas à Previdência Social.

Se formos somar a economia informal à economia formal, concluímos que cerca de 37,7 bilhões de reais deixaram de ser arrecadados pela Previdência Social no exercício de 1994. Queremos frisar que isso é uma questão meramente gerencial, não é uma questão do sistema estar equivocado ou deixar de ser equivocado, é que o Poder Público deixa de cumprir a sua responsabilidade perante a sociedade e não arrecada esses recursos.

Trouxemos alguns recortes de jornais, desde 1992: este aqui é do "Estado de São Paulo", de 23 de setembro de 1992, o título diz: "Rossi dilapidou a Previdência", diz o Tribunal de Contas da União". Rossi foi Presidente, durante a gestão do Ministro Magri no Governo Collor, do INSS. O Tribunal de Contas da União apurou que ele dilapidou o patrimônio da Previdência.

"Folha de São Paulo", 18 de setembro de 92. O então Ministro da Fazenda, Márcio Marques Moreira, transferindo recursos do INSS para atividades que não de sua competência.

"Folha de São Paulo", 6 de agosto de 93, uma matéria da "Folha da Tarde", onde o governo admite que o rombo que eles ti-

nham avaliado para a Previdência Social foi superestimado, como de hábito: a arrecadação subestimada e o rombo sempre superestimado.

Pego a atenção de Vossas Excelências para a "Gazeta do Povo", 11 de abril de 1994: "Em 3 anos, quadrilha desviou 7 bilhões de dólares da Previdência Social".

"Gazeta do Povo", 13 de abril de 1995: "Fraudes na Previdência chegam a 42 bilhões de dólares só no Rio de Janeiro". Certamente não é pouco dinheiro, principalmente num país como o nosso, tão carente de ações na área social. Trouxemos esses números para mostrar a necessidade, inadiável, da realização de uma auditoria pública, completa, nas contas da Previdência Social.

Não se pode mais imputar ao trabalhador brasileiro a responsabilidade por esses desvios, retirando-lhes direitos, quando na verdade, está mais do que demonstrado que há recursos e o Poder Público deve buscá-los.

Não podemos permitir que prevaleça, uma vez mais, uma responsabilidade dos trabalhadores que, em momento algum, tiveram participação na gestão dos recursos previdenciários ou na execução dos Orçamentos da Previdência e Seguridade Social, que novamente venhamos a pagar por esta incúria administrativa.

Chamamos a atenção, para finalizar, este calhamaço aqui, o Relatório do Tribunal de Contas da União, dessa auditoria realizada neste ano, que traz um dado muito interessante a respeito da votação, uma das primeiras votações da Câmara dos Deputados neste exercício de 1995 a respeito da majoração do salário-mínimo para cem reais, ainda naquela oportunidade em que o Ministério da Previdência apresentou um arrazoado justificando o veto presidencial, o aumento para cem reais. Dizia então o Tribunal de Contas da União a respeito dessa exposição de motivos elaborado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social que justificou o veto presidencial ao reajuste do salário.

"Quanto aos valores explicitados pela Mensagem nº 114 de 1995, extraídos da referida simulação realizada pela Secretaria Executiva do Ministério da Previdência e Assistência Social, evidenciando uma elevação das contribuições de 30 bilhões de reais para 31,35 bilhões e concomitante elevação do pagamento de benefício de 29,7 bilhões de reais para 35,6 bilhões de reais, acarretando um déficit operacional líquido superior a 4 bilhões de reais para o exercício de 95, considerando a aplicação do Projeto de Lei nº 02/95, podemos afirmar que as análises efetivadas ao longo do presente trabalho auditorial indicam que os mesmos não se revestem de fidedig-

nidade e do grau de precisão necessários a simulações desta magnitude e responsabilidade social." Ou seja, o Tribunal de Contas da União desautorizou cálculos oficiais do Ministério da Previdência em função de que não se revestiam de fidedignidade de precisão técnica.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, com base nesses números apresentados pela Previdência Social, tramita na Câmara dos Deputados hoje a Proposta de Emenda Constitucional nº 33/95 e a solução não é certamente aumentar a arrecadação, evitar as fraudes, fazer uma análise técnica adequada do problema da previdência social, do sistema de previdência e seguridade social no Brasil.

A solução é muito simples, corta-se o direito dos trabalhadores, dos servidores públicos, do pequeno produtor rural. A responsabilidade de todos nós e os senhores como membros desta Casa de Leis perante a sociedade paranaense, perante a sociedade brasileira é muito elevada. Acho que é a hora de dar um basta à retirada dos direitos da cidadania. O povo brasileiro já não suporta mais pagar sempre esta conta.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Quero, em primeiro lugar agradecer à Mesa Executiva desta Casa que permitiu que o companheiro Marcos fizesse uso da palavra no Horário da Liderança do PT e já tinha conversado com o Deputado Valdir Rossoni que também, cederia o PDT caso fosse necessário.

E quero também já aproveitar e pedir a todos os Senhores Deputados que apoiem um requerimento assinado por vários Deputados, aqueles que desejarem se encontra na mesa, de enviar uma mensagem à Bancada Federal do Paraná para que façam uma análise bastante séria desses direitos que estão sendo cortados e se coloquem contrários a esses direitos.

Então, pedimos o apoio daqueles que desejarem; está em cima da mesa para assinar e depois o voto de todos os Senhores Parlamentares para aprovar essa moção aos Deputados Federais do Paraná.

O SR. MARQUINHOS ALVES (Pela Ordem) - Só gostaria de registrar a presença do Reitor da Universidade Estadual de Maringá, Professor Luiz Antonio Souza, e também juntamente com o Deputado Trentini a presença do Diretor da Faculdade de Paranaíba, Professor Ivan Ferreira da Cruz.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a

palavra, a Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, passo a ler agora um documento que julgo de extrema importância para a vida da mulher brasileira e gostaria de obter a atenção de todos os meus colegas Parlamentares, porque infelizmente sou a única mulher presente nesta Casa e cabe a mim fazer a defesa da vida da mulher que foi subscrito por todos os Deputados presentes aqui nesta Casa hoje.

O documento se chama (Lê):

"O DIREITO DE OPTAR PELA PRÓPRIA VIDA
Está em tramitação na Câmara Federal o Projeto de Emenda Constitucional nº 25/95, que pretende anular ou revogar um direito das mulheres vigente há mais de 50 anos no Código Penal. Trata-se da possibilidade da mulher optar pela interrupção da gestação, quando a mesma coloca a sua vida em risco ou quando é fruto de estupro.

Argumentando que a emenda garantiria a 'inviolabilidade do direito à vida desde a concepção', a referida proposta fere um elemento direito humano, que é de optar pela defesa da própria vida nos casos de gravidez de alto risco, e impede também que a vítima de uma violência, como é o estupro, possa augurar a defesa de sua dignidade.

No Brasil, onde o aborto é uma prática considerada ilegal pelo Código Penal Brasileiro, a única possibilidade de interrupção de gravidez consiste nestes dois casos acima descritos, onde a questão de foro íntimo da mulher deve prevalecer. Isto não significa ser contra ou a favor do aborto, mas possibilitar que vítimas de humilhações e doentes graves - no caso da gravidez que leva à morte - optem pelo que é melhor para si mesmas.

A Conferência do Cairo sobre populações, em 1994, e sobre a Mulher, Beijing, recentemente realizada na China sob patrocínio da ONU, deram as bases para que as novas posturas devam ser tomadas sobre o aborto para tirá-lo da esfera da polícia e enquadrá-lo como questão de ordem social, problema de saúde pública, onde não cabem retrocessos.

O Brasil ostenta, infelizmente, taxas altíssimas da mortalidade materna, 141 a cada 100 mil nascidos-vivos, coloca-se, também, entre os países com maiores índices de violências contra a mulher, visado pelas instituições internacionais de direitos humanos. Isso deve nos levar a priorizar, não políticas punitivas por quem luta pela própria dignidade e defende a própria vida, mas sobretudo, por políticas sociais e avanços jurídicos que possibilitem o cumprimento da plataforma de ação da ONU, da qual do Brasil é signatário.

rio.

Este é um exemplo claro e objetivo da fronteira que existe entre o direito à convicção pessoal e o direito de opção do outro.

Por estas razões, opinamos pela manutenção dos direitos adquiridos pela mulher no Código Penal, que por si só já está aquém dos avanços comportamentais ocorridos no País neste meio século, e consideramos que a aprovação do PEC 25/95 um retrocesso no campo legal."

Companheiro Presidente, caros colegas, este texto que acabo de ler é aquele que gostaria de ver assinado por todos nesta Casa de Leis; faltam alguns companheiros que não estão presentes, mas tenho certeza que assinarão quando aqui estiverem. Trago este penoso tema ao debate, sabedora, de antemão, que poucos dividem mais as pessoas do que o tema aborto.

É um assunto que remexe com as nossas concepções filosóficas, religiosas, coloca em debate os nossos comportamentos, e à medida em que surgem os argumentos, geralmente vai a radicalização.

Não pretendo aqui travar a discussão sobre quem é contra ou a favor, eu pessoalmente sou contra o aborto e quero deixar isso registrado. Esta seria muito simplista, uma tese simplificada, pois posso confessar-me contra e obrigar-me a fazê-lo ou aceitá-lo, e ser a favor e nunca me ver numa situação de ter que decidir.

Pois é muito fácil falar, quando se tem que tomar uma decisão, uma opção, fica-se muito mais difícil.

Trata-se pois, de uma discussão estéril neste campo. Todos aqui presentes, tenho certeza, somos pela vida, não tenho dúvida nenhuma quanto a isso.

Mas ao mesmo tempo, Srs. colegas Parlamentares, não podemos adotar uma postura da avestruz, que esconde a sua cabeça para não saber o que se passa.

Se o Brasil é um dos campeões mundiais em morte materna as razões são facilmente detectáveis. As condições em que as gestações ocorrem, a ausência de políticas públicas e de esclarecimento sobre a saúde da mulher, e o caráter clandestino do aborto, que alimenta uma rentável indústria, que não raro também leva as mulheres à morte.

Digo isto porque têm os companheiros aqui presentes nesta Casa que são médicos, e os companheiros médicos aqui presentes sabem muito bem, que se nós mulheres tivéssemos política de saúde pública colocada em prática, não teríamos a questão do aborto a ser discutida como está sendo discutida aqui, agora.

Quem de nós não conhece os casos familiares, de círculo de amigos e conhecidos que não passaram por situações de enorme

constrangimento?

Frente à sociedade em função do caráter que é dado ao aborto, mesmo legal? Que mulher, por exemplo, gostaria de dizer, que foi estuprada e recorrer a Justiça? É um problema tão grave! O que existe em relação à mulher, o preconceito em relação à mulher estuprada, que faz com que a mulher se cale, isso é um absurdo no nosso país. Demonstra que ainda não avançamos.

Diz o Código Penal, que serão aceitos os abortamentos em duas situações apenas, apenas duas situações. Peca ao não explicitar que a obrigação de realizá-la é do Estado, responsável por zelar pela dignidade dos cidadãos, principalmente daquelas mulheres que vivem numa situação de dificuldade, que vivem na miséria, na periferia das cidades, sem o atendimento necessário à saúde. E mesmo havendo apenas essa brecha, pretende um Sr. Parlamentar pernambucano, Severino Cavalcanti, alterá-lo já na Constituição, sobre uma pretensa defesa da vida.

Ora, Srs., num mundo hoje ligado pelos computadores com uma juventude informada e ativa, com mulheres cada vez mais integrantes ao mercado de trabalho à escola e à vida social. Pretende este Parlamentar retroceder na marra, num direito que se quer, está sugerindo, ferir o direito de alguém, se não a defesa da vida e da dignidade. Ao invés de decretar o fim da possibilidade de optar pela interrupção da gravidez e fazer inclusive, no âmbito da saúde pública, deveria esse Deputado, que se diz defensor da vida, lutar junto com as mulheres pela aplicação séria do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher no país, que é desde 83 o Programa Oficial da Saúde para as Mulheres no país, mas que só ficou no papel.

Sabemos que por trás de suposta defesa da vida, vivem interesses de segmentos religiosos marcados pela intolerância e pelos preconceitos e que fundamentam sua moral na negação do direito de cidadania e de livre arbítrio das pessoas em geral e das mulheres em particular.

Mas as leis de um país não podem limitar-se a esses interesses, senão aos da maioria da população que deseja avanços políticos no país, o que inclui um novo Código Penal menos retrógrado e moralista do que o atual e que pretende torná-lo pior do que já é.

Saibam Srs., que em apenas cinco, cinco países do mundo ...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Só queria dizer a V. Exa. o seguinte: acho que esta Casa, Senhores Deputados, deveria entender a mensagem que a Senhora

acaba de ditar neste Parlamento.

É lamentável que a imprensa do meu país dê ênfase à CPI do Bingo, dê ênfase, e com muita propriedade naquilo que aquele jovem acabou de falar sobre a corrupção, a canalhice, a estupidez dos canalhas que roubam a Presidência do meu país, e o Ministro da Saúde mendiga o imposto do cheque enquanto quadrilheiros do "colarinho branco" continuam roubando, dilapidando, cretinos, canalhas que não páram nas penitenciárias deste país.

Vossa Excelência traz nesta tarde um assunto de fundamental importância que merecia ser registrado pela Rede Globo em horário nobre, pelo SBT, pela Rede Record, pela Rede Bandeirantes e por tantas outras, pela Rede Manchete. Vossa Excelência traz esta tarde, e os Srs. Parlamentares novos que aqui chegaram não sabem dos encontros que debatemos com aquele Sr. ali sentado, Deputado Caíto Quintana, que era o Relator da Constituição do meu Estado, tanto eu como a Deputada Irondi que está nesta tribuna, Deputado Pedro Tonelli, de saudosa falta neste Parlamento, Deputado Haroldo Ferreira, que faz falta também neste Parlamento, sem menosprezar os Parlamentares que aqui estão, debatemos com V. Exa. Deputado Caíto, a Deputada Irondi só faltava se ajoelhar neste carpet vermelho para que V. Exa. incluísse também na Constituição do meu Estado esta miséria, essa pouca vergonha que ela pede hoje deste Parlamentar chamado Severino Cavalcanti, que quer tirar, pasmem os Srs., o direito da minha esposa, o direito da minha filha, se amanhã vier a ser estuprada, ou rasgada nos seus direitos constitucionais, de ter com o seu advogado o direito de ir à justiça e pedir que se extirpe do seu corpo a violência ali colocada, como aconteceu, Deputada Irondi, com uma jovem, bandidos adentraram à casa dessa jovem, em Toledo, violentaram, barbarizaram-na e ela entrou na justiça para tirar aquela semente que ela achava maligna do seu ventre e a Justiça lhe deu ganho de causa.

Então, Vossa Excelência traz nesta tarde, um depoimento sério que deve calar profundamente em nossas consciências, porque tenho esposa, tenho três netos e o que penso, se amanhã ou depois, Cristo protege a minha família, porque sem Ele não sou nada. Não adianta você falar em nome de Cristo e ler a Bíblia só nos momentos difíceis. Temos que ter Cristo habitando nos nossos corações, nas horas alegres e nas horas tristes das nossas vidas. E mais: se amanhã ou depois a minha esposa vier a ser assaltada num estacionamento, ser assaltada em qualquer lugar e ser violentada, rasgada nos seus direitos, ser estuprada, ora, ela vai ter o direito, sim senhor - como vai ter a empregada doméstica,

como vai ter a médica, a odontóloga, como vai ter qualquer mulher brasileira. Porque eu nasci do ventre da minha mãe. A mulher que embala um berço tem o direito de reger o mundo. E a mulher brasileira tem que ser respeitada.

Oxalá o povo do Paraná traga mais vinte Irondi Pugliesi para este Parlamento, para defender o ventre da minha esposa e o ventre da minha mãe.

Muito obrigado.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Agradeço as palavras do Deputado Alborghetti. E ele se refere à Constituição do Paraná, onde se encontra um artigo relado por nós, que diz que o Estado deve garantir, dentro daquilo que diz o Código Penal, nessas duas formas de aborto e que ele seja atendido pela rede de saúde pública estadual. E apesar de Deputadas que me precederam aqui nesta Casa, como Lygia Pupatto e outras, que fizeram a emenda para colocar esse artigo na prática desta Constituição e que também tentei colocar, esta lei foi vetada pelo Governo do Estado.

Não estamos aqui defendendo o aborto. Estamos aqui falando que quando a mãe está correndo risco de vida e que se tem a opção de apenas salvar uma só vida, temos que optar pela vida da mãe, porque ela está com o seu filho no ventre e sabemos que criança antes de seis meses de idade, não sobrevive ao útero materno. Depois disso, existe a possibilidade e a mulher não pode morrer. Nesta ocasião, entre ela e seu filho, o médico tem que optar e salvar uma das vidas.

E queremos salvar uma vida e é pela vida que lutamos e sempre defendemos. E esta Constituição do Estado tem um artigo que pede que a rede de saúde pública do Estado do Paraná atenda mulheres que estejam dentro desses dois casos e isso nos foi negado.

Vamos entrar, no ano que vem, mais uma vez, com uma lei que coloque isto em prática. Gostaríamos de ter o apoio dos Parlamentares aqui presentes, mas também o apoio para que a saúde pública do Paraná, que já está começando a atender neste sentido, dê consciência às mulheres deste Estado sobre a sua saúde, para evitar que o número de abortos que estão sendo praticados, seja tão grande quando é, a ponto de a ONU - Organização das Nações Unidas, colocar na sua plataforma de ação - no Encontro de Beijing - que deve ser tratada a questão do aborto não como uma questão policial, e sim como uma questão de saúde pública, que é o que é o aborto.

As mulheres são inconscientes, muitas vezes muitas delas não conhecem o próprio corpo, e não sabem como evitar um filho e fazem do aborto um método contraceptivo,

que nós condenamos.

E quero na luta junto comigo, esses companheiros nobres, para que nos defendam e ajudem as mulheres a ter a saúde pública, oferecida pelo seguinte: o corpo da mulher é diferente do corpo do homem, porque ela carrega no ventre uma vida. E nós precisamos de atenção especial da saúde pública.

O Sr. Irineu Colombo - Quero fazer o endosso desta manifestação desta Deputada, e dizer que as questões que tratam da procriação, o homem também faz parte do processo, mas quem carrega no ventre é a mulher. Temos pais solteiros, mas a mãe é identificada, o resto é anônimo.

Quando se tem uma Emenda dessas tramitando no Congresso Nacional, mostra quão machista é a sociedade brasileira! Porque o livre arbítrio, o direito de tentar ser feliz, à maneira individual, respeitando as questões próprias, as peculiaridades de cada um, é subordinado aos machos que não sentem o mesmo problema.

A liberdade da mulher é tolhida à medida que ela é obrigada a tratar o seu sexo meramente como procriador e não como instrumento de prazer, de felicidade, e por isso aí se insere também a questão do aborto.

Queremos tornar a isso e dizer que, moralmente, sou contra o aborto, mas sou favorável à descriminalização do aborto, como há uma recomendação, como há uma recomendação internacional que o aborto não seja tratado como crime!

Há inclusive, Deputado Alborghetti, uma jurisprudência de uma decisão tomada por um juiz de que a mãe tira radiografia, ecografia e outros procedimentos médicos e percebe que o filho que ela está carregando é acéfalo, não tem o cérebro, a criança ia nascer morta. A Lei do Código Penal não permite o aborto nessa circunstância, ainda. Mas a juíza é uma juíza, entende que, naquela época, em 1940, não tínhamos instrumentos suficientes para identificar inclusive esse problema, portanto a lei, pela época, pelo seu anacronismo, é omissa, então cabe decisão de foro próprio da juíza.

Então, estamos avançando em alguns aspectos, não podemos jamais permitir que se retroceda dessa forma, pelos nossos legisladores, a nível federal, calcados eminentemente em princípios religiosos, nenhuma vez em princípios éticos! E vou mais além, temos que começar a tratar sem preconceitos, sem pré-julgamentos as questões do aborto, da prostituição, a regulamentação da atividade da prostituição, tratar a questão dos homossexuais e das lésbicas com bastante naturalidade. Aquilo que acontece no mundo aí fora, tem que ser

tratado de uma forma muito cuidadosa, e não com preconceito e passando-se ao largo dos problemas. Temos que enfrentar os problemas de frente!

Às vezes, custa caro, enfrentar o problema de frente, Deputada, como a Senhora está enfrentando, porque os preconceitualizadores não darão voto, vão inclusive manipular a nossa postura, vão colocar uma série de palavras, jargões, conceitos ou preconceitos, que vão prejudicar, inclusive eleitoralmente, este ou aquele Deputado que defender a postura permanentemente.

Mas não há de ser nada, acho que é esse o caminho. Para isso somos políticos, e para ser exemplos a ser seguidos pelos demais legisladores.

Muito obrigado.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Agradeço o seu aparte e do Deputado Alborghetti, que são esclarecedores.

Esta jurisprudência firmada, através dessa juíza, consciente, é um passo muito importante, para nós mulheres, porque você carregar uma vida dentro do seu ventre é uma coisa muito séria, e você gerar esta vida, até o final, sabendo que esse feto, por exemplo, como Vossa Excelência citou, se encontra acéfalo, sem cérebro, e que obviamente não sobreviverá ao nascimento, é um crime que se faz contra a própria mulher que chega ao final da gravidez, e que não vai ter uma vida gerada e sim um ser humano que é deformado, que não tem cérebro.

Acho que, inclusive sob esse aspecto, quem decidiria sobre esse tipo de aborto deveria ser uma junta médica, mas ele deveria constar do Código Penal como uma das possibilidades, porque só nós mulheres que geramos, que carregamos o filho no ventre, e tenho 3 filhas, é que podemos opinar sobre isso, porque sabemos defender a vida como ninguém.

Nenhuma mulher que pratica o aborto, mesmo aquelas que o fazem com o método contraceptivo ficam com a sua consciência aliviada depois de fazer, não ficam não, vocês não pensam que ficam. Converso com as mulheres permanentemente, sou uma das pioneiras nesse Estado, a lutar pelos direitos da mulher há 15 anos, sei das dificuldades de uma mulher quando tem que tomar essa decisão, muitas vezes essas mulheres fazem a opção do aborto ilegal porque foram estupradas pelo próprio marido sob tortura, posso citar vários casos aqui para os senhores, mas não é isso que estamos tratando aqui, o que estou pedindo aos companheiros é apoio para que possamos manter o que já existe há 50 anos no nosso Código Penal, aquilo que dá direito a vida às mulheres, não estou aqui pregando o

aborto, estou defendendo a vida das mães, das mulheres brasileiras.

E queremos o apoio dos companheiros para que não seja tirado da mulher brasileira o direito de viver, porque ninguém mais do que nós podemos falar em gravidez, em feto, em parto e falarmos da vida, nós que geramos a vida, nós que educamos, que formamos personalidades e nós mantemos a união da família, nós mantemos a sociedade sem ela participar aqui do Planário das decisões de Poder.

As mulheres sempre acabam reproduzindo status co-dominante, mas com as mudanças legais que estamos impingindo agora, com os 20% dos partidos políticos de obrigatoriedade de participação nas eleições as mulheres vão ter voz nos Paramentos nos poderes de decisões e vão poder mudar o status co-dominante porque só a mulher é que faz o mundo evoluir como mãe, como professora, como orientadora e como chefe de família que somos, pois 20 mulheres, 20% de mulheres brasileiras hoje são chefe de família, pai e mãe de suas crianças.

Sei que conto com a compreensão dos meus companheiros aqui e vou levar às companheiras da UPI, da União Parlamentar Interestadual o apoio que estou tendo aqui agora dos meus companheiros. Vou ligar a Brasília, falar com os movimentos de mulheres sobre a posição desta Casa.

Agradeço a posição tomada por esta Casa, porque nós mulheres precisamos estar junto com os homens neste avanço, sozinhas não chegaremos a lugar nenhum.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já mantive contato com alguns companheiros Parlamentares no Plenário, hoje à tarde, pedindo apoio de um projeto que estamos apresentando nesta Casa.

É um projeto autorizatório que pede a criação, aqui em Curitiba, de uma delegacia especializada em acidentes de trabalho.

E quero rapidamente explicar aos companheiros Deputados o porquê do pedido da criação de uma delegacia especializada em apurar acidentes de trabalho. No ano de 1994, tivemos um total de 92 mortes em Curitiba e Região Metropolitana, de pessoas, principalmente operários da construção civil, que morreram quando trabalhavam.

E quero rapidamente pedir o apoio dos Senhores e explicar que além dessas mortes, tivemos 7.811 acidentes de trabalho registrados em Curitiba em 94, ou seja, 30

Curitiba, segunda, em 11.12.95

acidentes em média por dia, em Curitiba e Região Metropolitana na economia formal, sem contar, é óbvio, a economia informal, o que certamente, forçosamente dobrará esse número de trabalho por dia.

Então, vejam bem, é uma realidade que estamos vivendo, isso é o nosso cotidiano aqui em Curitiba e na Região Metropolitana. E aí, paralelo a esse cotidiano, a esse número que é estarrecedor, temos do lado de lá a impunidade.

Então, para acabarmos com a impunidade, a verdadeira indústria que temos da impunidade e acidente de trabalho é que peço o apoio de cada um dos Senhores Deputados nesta tarde.

Vou mais além, quero citar aqui, Deputado Alborghetti, que quando procurei a Promotoria Pública de Acidente de Trabalho aqui em Curitiba, fui informado pelos Senhores Promotores que já havia e há um pedido um encaminhamento depois de um congresso dos promotores do Ministério Público, o encaminhamento para o pedido de abertura de uma delegacia especializada em acidente de trabalho. Então já há esse pedido por parte do Ministério Público e gostaria que esse pedido também partisse aqui da Assembléia Legislativa porque conversando com o Deputado Joel Coimbra, me disse inclusive que havia sido procurado pelos seus colegas promotores que também solicitaram a ele a abertura de uma delegacia especializada para apurar os acidentes de trabalho em Curitiba.

Então vejam bem, além desses fatos que já coloquei aos Senhores Deputados, quero dizer que temos que considerar que os acidentes de trabalho oneram seriamente a já combalida Previdência Social brasileira, que foi motivo inclusive de discussão nessa Casa na tarde de hoje. Quero também colocar aos Senhores que uma vez que o cidadão sofreu um acidente de trabalho, ele fica subordinado à Previdência Social, a empresa normalmente, coloca um outro operário no lugar daquele que está combalido e esse vai para um auxílio-doença e jamais retorna ao seu local de origem.

Então isso é fato notório, é fato inclusive dado estatístico, há uma preocupação muito grande.

Eu particularmente Deputado Rosinha conheço operários que perderam dedos e alguns perderam a visão. E outros não conseguiram voltar ao seu local de trabalho embora estejam aptos para voltar ao seu local de trabalho.

Então gostaria de colocar aqui, Deputado Rosinha, que precisamos corrigir essa distorção. Não podemos, em hipótese alguma, aceitar esse episódio, isso que a gente coloca claramente que é a impunidade. O trabalhador, aquele que gera o trabalho, que muitas vezes expõem a risco o seu ope-

rário, nunca é alcançado pela lei. E agora, Deputado Rosinha, com a criação do juizado especial aqui em Curitiba que precisa ser regulamentado por uma lei desta Casa, pela criação desse juizado especial, quero só citar um exemplo aos Senhores Parlamentares, chega no juizado especial um operário perde um dedo, e está encostado na Previdência Social e recebe o auxílio-doença, apenas a metade do seu salário que receberia na atividade. Esse cidadão vai ao Ministério Público, vai ao juizado especial, o Promotor pede a ele o procedimento. O procedimento o que é o inquérito policial, se não há o exame de lesões corporais não se chega jamais na autoria sobre o dolo, se não houve o dolo, se o crime é culposos, ou se o crime é doloso.

Então é por isso que nesta tarde estou pedindo o apoio dos Senhores Parlamentares para que possamos pedir ao Poder Executivo do Estado a criação dessa Delegacia Especializada que poderá atuar a nível de Estado do Paraná.

O Sr. Dr. Rosinha - Na questão de acidentes de trabalho, o Brasil é um dos campeões também em mortes em acidentes de trabalho.

Geralmente a legislação não é cumprida, porque todo trabalhador vítima de acidente de trabalho, se chegar a ficar quinze dias à disposição da previdência social, ele adquire estabilidade de emprego a partir daqueles quinze dias, e como o trabalhador não sabe a legislação ele é demitido, porque falta também grandes informações para esses trabalhadores.

E outra desinformação que vai no rumo que Vossa Excelência falou, de ser crime porque o acidente de trabalho geralmente é crime, e há de se fazer o processo indenizatório desse crime assim que ele é aprovado.

E a maioria dos trabalhadores não sabe qual é o encaminhamento que se faz. Então, é importante que se tenha uma delegacia especializada nisto, porque passa a orientar o trabalhador, de maneira mais fácil, pois aí não será só o Ministério do Trabalho que dará esta informação, não será só a FUNDACENTRO, mas também terá mais um órgão cuja a especialidade será esta.

Creio que isso venha facilitar muito os trabalhadores, que hoje não são poucos os que são vítimas de acidentes.

O SR. RICARDO CHAB - Obrigado, Deputado Rosinha.

Só para concluir, gostaria de colocar e levar esta informação aos Senhores Deputados, dizer que as grandes capitais brasileiras já criaram a sua Delegacia Especial de Acidentes de Trabalho, e o Paraná como modelo de Estado, não pode ficar à

margem disso.

Gostaria de citar aqui as capitais que já criaram a Delegacia Especializada em Acidentes do Trabalho: o Espírito Santo, o Estado de São Paulo e agora o Rio de Janeiro, Deputado Alborghetti, cria a sua delegacia especializada em acidentes de trabalho.

É uma maneira de intimidar os péssimos empresários que expõem a risco constante os seus funcionários.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia com satisfação em visita a nossa Assembléia, o Deputado Federal Waldomiro Meger, a convite do nosso Deputado Joel Coimbra e Nelson Miro (sic) também.

Consulto as lideranças do PDT, PSDB, PFL e Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI, TÚLIO - Senhor Presidente, não pretendia fazer uso da palavra, mas diante da insistência do Deputado Ângelo Vanhoni, do Deputado doutor Rosinha e também do Deputado Irineu Colombo, faço alguns esclarecimentos com relação ao que disse o Deputado Caíto Quintana, se posicionando a respeito da Mensagem 491, encaminhada aqui para esta Casa.

Está muito bem claro que a Mensagem explica perfeitamente qual é o desejo do Governador do Estado do Paraná.

Vou fazer apenas alguns tópicos aqui. Quando fala de que as Autarquias e Fundações criadas na estrutura do Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro, exclusive os recursos de Aplicação vinculada. E a medida constante do anteprojeto de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da administração, sendo indiscutivelmente oportuna e necessária.

Eis que se gerará condições legais para a implantação do sistema de transferência ao Tesouro Estadual, de saldos financeiros disponíveis em Autarquias e Fundações pertencentes ao Executivo, além de autorizar a instituição de uma gestão unificada dos recursos financeiros de sua administração, direta e indireta.

Tal proposição justifica-se pela necessidade de dotar a Administração Estadual de um sistema de vasos comunicantes de recursos financeiros disponíveis em determinadas ocasiões pelas unidades da administração indireta (autarquias e fundações), passíveis de serem transferidos ao Tesouro Estadual, sem prejuízo dos programas desenvolvidos pelas unidades quando de eventuais necessidades de recursos adicionais.

nais.

No inciso I, artigo 2º é prevista autorização ao Poder Executivo para a operacionalização do sistema, limitando em até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro o montante possível de transferência, mediante o estabelecimento do período base de apuração contábil do saldo financeiro disponível, do percentual e do prazo para o recolhimento ao Tesouro, conforme definições técnicas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda e, no inciso II, do mesmo artigo, está contida autorização para abertura dos necessários créditos adicionais para a execução da transferência de recursos financeiros, conforme disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Por fim, o inciso II, do artigo 2º, do anteprojeto de lei em causa, autoriza o Poder Executivo a instituir a Gestão Unificada dos Recursos Financeiros do Estado, envolvendo recursos de todas as fontes e proporcionando o controle global das disponibilidades financeiras da administração.

Quero, portanto, tranquilizar os Reitores, Professores, das nossas Universidades, das nossas Faculdades, que tenham a devida tranquilidade, que ninguém vai mexer já, nos poucos recursos que têm estas instituições.

Seria até uma falta de inteligência se tentar acreditar que o Governo fosse mexer nos recursos destas instituições.

Não é esse o desejo, não é essa a vontade do Governador. Até pelo contrário, hoje, a Presidência da Casa, recebeu uma Mensagem assinada pela Governadora em exercício, Emilia Belinati, que repassa, que transfere da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, 750 mil reais para a Universidade Estadual de Londrina.

Portanto, vejam os Senhores Parlamentares, o Governo não tem nenhum interesse em mexer, e raspar o cofre das Universidades.

Além do que, esclarecer que esta é uma medida adotada por todos os governantes, que passaram pelo Paraná. E outros até, preferiram fazer por decretos, e evidentemente isso é uma coisa natural.

O Governo tem essa faculdade, poderia até fazer por Decreto. Faz por lei, porque está jogando limpo, porque quer na verdade procurar mostrar a sua transparência.

A Mensagem não vai descaracterizar as autarquias e fundações. Elas continuam com suas receitas próprias contabilizadas, contabilidade própria. Mesmo porque as Universidades, inclusive, têm o amparo legal Constituição Federal e pela nossa Constituição.

Tranquilizo a todos e oportunamente, já no entendimento com essa Liderança, ho-

je pela manhã já conversava com o Deputado Joel Coimbra, ele transmitia essa preocupação com relação às Universidades.

E lhe falei que poderia fazer a emenda que nós assinaríamos e aqui está a assinatura do Líder do Governo nesta Casa, porque é uma forma de demonstrar a tranqüilidade nossa com relação ao ensino superior.

Então tranqüilizo aos Senhores Reitores, que não haverá nenhum perigo que possa querer mexer. E vejam, este dinheiro, este repasse de verba, esta transferência de verba, que se faz para a Universidade Estadual de Londrina, veio exatamente corroborar o que diz aqui a justificativa da mensagem do Deputado Joel Coimbra, assinada por vários Parlamentares que diz: Desta forma, também, estaria comprometido o Vestibular, os recursos recolhidos, quando da inscrição destinam-se aos pagamentos dos custos que o programa requer.

Exatamente, para se dar essa condição de se efetuar vestibular, é que está se fazendo esta transferência.

Além do que, também, para tranqüilizar os Parlamentares, e nós também, já no dia em que recebemos a Mensagem e falando com o Secretário do Governo, e também, com o Secretário da Fazenda, dizíamos que não era da nossa vontade aprovar a mensagem, quando autoriza o Governo já durante seus quatro anos de mandato a fazer esse repasse, a fazer esse recolhimento automático.

Então, uma mensagem dizendo que as Autarquias e Fundações criadas no Poder Executivo, poderão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% do saldo financeiro disponível, ativo, financeiro menos passivo financeiro exclusive de recursos de aplicação vinculada, verificado ao Balanete encerrado em 31.10.95.

Portanto, fica garantido de que essa Mensagem se aprova em relação a esse exercício. Nos próximos anos o Governo vai mandar nova mensagem a cada ano, para que a Assembléia vote, analise e coloque as suas posições.

Eu queria fazer esses esclarecimentos, Sr. Presidente, para tranquilizar a todos de que o governo tem toda essa tranqüilidade. Serão duas ou três autarquias e fundações, apenas que serão atingidas por esta lei, por esta mensagem. Não vai se mexer na Fundação de Saúde, não vai se mexer na FUNDEPAR, não vai se mexer nas universidades. Vai se mexer apenas em duas ou três autarquias e fundações, que é onde existe um "bolo" considerável e que o governo precisa ter um controle, mas automaticamente, a primeira necessidade de cada uma dessas autarquias e fundações, o governo do Estado repassa imediatamente. Esta é a garantia que dá o governo, correta-

mente colocada aqui nesta mensagem. Não há qualquer apreensão, não há qualquer preocupação de que se queira tirar autonomia das autarquias e fundações. Não é esse o desejo do governador Jaime Lerner, em absoluto. Poderia, repito, mais uma vez, fazer por decreto. Ele tem essa Faculdade, não o faz. Manda para a Casa, em forma de mensagem para que os senhores parlamentares analisem, coloquem as suas posições e votem evidentemente, dentro do conhecimento sobre a matéria.

Concedo aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto - Só queria ver se me fiz entender, Deputado.

O Senhor citou agora há pouco, mais uma verba para a universidade de Londrina. Não sei se é Londrina ou Ponta Grossa, porque recentemente, no início do ano, passou por esta Casa a informação e foi aprovada também uma verba para a Universidade Estadual de Londrina e essa que o Senhor acaba de citar, mais uma verba, seria para Ponta Grossa ou para Londrina? Eu não entendi bem. Não deu para entender bem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Falei bem claro, Deputado. É uma mensagem da governadora em exercício, Emilia Belinati, transferindo da Ciência e Tecnologia, para a Universidade de Londrina.

O Sr. Jocelito Canto - Para Londrina? Obrigado, Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Concedo aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado, a preocupação que expressam uma série de Deputados nesta Casa, é com relação às transferências e nós conhecemos tudo o que está fora do mundo do Direito. Dele não se pode reclamar. E o que ocorre? Aqui o Senhor alega que através da mensagem do governo e em nome da liderança, que a Fundação Caetano Munhoz da Rocha Neto não fará parte do "rape" desses recursos até 90%. Mas para que isto fosse assegurado, evidentemente precisaria constar na lei. Não é então, até para que esta Casa possa fazer o seu exercício e aqui concordância dessa liderança, apresentando a emenda, excluindo a Fundação Caetano Munhoz da Rocha Neto, ficaria assegurado e sobretudo, os parlamentares que assim pensam e que caminham por esse entendimento, ficariam desobrigados, inclusive a sua própria consciência de que asseguram no aspecto do ensino, que seria o ensino superior e a FUNDEPAR, e com relação à saúde, que seria a Fundação Caetano Munhoz da Rocha Neto.

É uma emenda que Cezar Silvestri vai apresentar e que nós gostaríamos que o líder do Governo desse o seu apoio para que ela pudesse caminhar nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado. A emenda me parece oportuna como eu já disse, eu tenho a informação de que não haverá nenhuma tentativa de se descer na questão da FUNDEPAR, na questão da Fundação Caetano Munhoz da Rocha Neto, das universidades. V.Exas. podem apresentar emenda e eu tenho quase que certeza absoluta de que a emenda poderá ser acolhida, sim.

É esta a maneira como nós queremos governar, com tranquilidade, com transparência, sem se fazer clima de terror como se tentou fazer aqui durante o plenário de hoje, com alguns Deputados mais afoitos, já correndo de ouvido em ouvido, dizendo que tínhamos que derrubar esta mensagem. Não é assim que a gente quer governar. Nós queremos governar e temos demonstrado isso, Sr. Presidente, Senhores Parlamentares, com muita tranquilidade, com muito diálogo, tanto, que quero informar à Casa, como último tópico do meu pronunciamento, de que amanhã, às 10:00 horas, no Plenarinho da Assembléia, já acertado com a Presidência da Casa, estará aqui o Presidente da COPEL que irá fazer uma exposição aos Srs. Parlamentares de como está, hoje, a COPEL, o que pretende o Governo com a intenção de vender e de dar como garantia e de caucionar parte das ações da COPEL. É mais uma demonstração do jogo transparente deste Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti - Me concede um aparte?

Só para que nós possamos, quem sabe, ter mais condições e clareza na votação dessa proposta referente às autarquias. Não seria o caso, Deputado Algaci Túlio, que se especificasse, já que se tem certeza que não será nem dessa, nem daquela e nem daquela outra, em que será, especificamente, uma, duas ou três autarquias apenas que serão buscados esses recursos. Nós não poderíamos, quem sabe, na discussão e votação dessa proposta estabelecer de onde os recursos seriam retirados, especificamente?

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Orlando Pessuti, não tenho essa autorização ainda, mas como o projeto hoje não será votado e está em 2ª discussão, vai receber emendas e volta para a CCJ, até amanhã teremos tempo, ainda, de tentar procurar esclarecer de uma maneira melhor essa mensagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 00117, subscrito pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, comunicando seu ingresso oficial ao PTB, ficando sua filiação ao PPB automaticamente anulada. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Miltinho Puppio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Tecchy, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação da Emenda da C.C.J. apresentada ao Projeto de Lei nº 285/95 de sua autoria. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 428/95, que transforma o atual órgão de Regime Especial, Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, em autarquia, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 428/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, órgão de regime especial a que alude o art. 113, alínea "c", da Lei n° 8.485, de 03 de junho de 1987, fica transformado em entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios e autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à Secretaria de Estado do Governo.

Parágrafo Único - A autarquia de que trata este artigo terá sede e foro na cidade de Curitiba-PR e jurisdição em todo o território paranaense, gozando dos privilégios e isenções próprios da Fazenda Estadual.

Art. 2° - A autarquia Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, tem por finalidade a exploração dos serviços de loteria do Estado do Paraná.

Art. 3° - No desempenho de suas atividades compete ao SERLOPAR:

I - planejar, outorgar e explorar os serviços de loterias do Estado do Paraná;

II - cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos que regem a matéria;

III - programar, controlar e executar todos os serviços técnicos, administrativos e financeiros;

IV - promover a articulação com os órgãos congêneres;

V - realizar estudos, pesquisas levantamentos visando o planejamento do sistema de loterias;

VI - manter serviços de informação permanente ao público;

VII - instituir novos jogos lotéricos com premiação mediante rateio ou prefixada, através de regulamento próprio, baixado pelo Secretário de Estado a que estiver vinculada a SERLOPAR.

Art. 4° - O SERLOPAR será administrado por:

I - Conselho de Administração; e

II - Diretoria.

§ 1° - O Conselho de Administração, composto por 7 (sete) membros, não remunerados, será presidido pelo Secretário de Estado do Governo, cabendo ao Diretor-Presidente do SERLOPAR o exercício das funções de Secretário Executivo do colegiado.

§ 2° - A Diretoria será composta por 01 (um) Diretor-Presidente, 01 (um) Diretor Administrativo-Financeiro e 01 (um) Diretor-Técnico, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo dentre pessoas de reconhecida capacidade administrativa na área.

Art. 5° - O regulamento e a estrutura básica da autarquia SERLOPAR serão estabelecidos mediante decreto do Chefe do Poder

Executivo, atendidas as disposições da Lei n° 8.485/87, em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei.

Art. 6° - Constituirão receitas da autarquia SERLOPAR.

I - a renda líquida do concurso de prognósticos sobre o resultado de números;

II - os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras;

III - as dotações orçamentárias consignadas no orçamento anual do Estado;

IV - os auxílios, subvenções, doações e legados de pessoa física ou jurídicas públicas e privadas, nacionais e internacionais;

V - o resultado de acordos e convênios celebrados pela autarquia;

VI - outras rendas eventuais.

Art. 7° - A entidade autárquica a que se refere esta lei prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente.

Art. 8° - O patrimônio da autarquia de que trata esta lei será constituído pelos bens que nesta data estiverem sob a utilização do atual SERLOPAR, como órgão de regime especial, bem como dos que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir mediante autorização legal.

Art. 9° - Os atuais cargos de provimento em comissão do transformado órgão de regime especial passam a integrar a lotação da autarquia, na seguinte forma:

Situação Atual

1 Diretor Superintendente, DAS-2

1 Diretor Administrativo-Financeiro, DAS-3

1 Diretor-Gerente, DAS-3

Situação Nova

1 Diretor-Presidente, DAS-1

1 Diretor Administrativo-Financeiro, DAS-3

1 Diretor-Técnico, DAS-3

Art. 10 - Os saldos das dotações do atual órgão de regime especial SERLOPAR, ficam transferidos para a autarquia em que é transformado.

§ 1° - O orçamento próprio da autarquia conterà as receitas transferidas pelo Tesouro do Estado, bem como aquelas arrecadadas pelo então órgão de regime especial.

§ 2° - A SERLOPAR não poderá dispendar mais de 10% (dez por cento) da sua receita para contratação de pessoal necessário à fiscalização.

Art. 11 - Os acordos, convênios e contratos firmados pelo SERLOPAR, na condição de órgão de regime especial e em vigência da data de publicação desta lei, serão automaticamente assumidos pela autarquia em que, por esta lei, é transformado.

Art. 12 - As atribuições que as atuais

leis pertinentes à exploração dos serviços de loteria do Estado do Paraná conferem ao Secretário de Estado da Fazenda, ficam transferidas ao Secretário de Estado do Governo.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/95, de autoria do Deputado João Techy Filho, que dispõe sobre a obrigatoriedade da emissão de certificado de isenção de Esporos de Bacillus Larvae na importação de produtos e equipamentos apícolas. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E SUBSTITUTIVO GERAL DA C.A.I.C..

APROVADO o Projeto, artigo por artigo.

O substitutivo estará prejudicando os demais. Os Senhores Deputados que aprovam o substitutivo. APROVADO.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 079/95, que dispõe que as Autarquias e Fundações criadas na estrutura do Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% do saldo financeiro disponível, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 05, de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 491/95

Art. 1º - As autarquias e fundações, criadas no Poder Executivo, com exceção das Instituições de Ensino Superior, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro, exclusive os recursos de aplicação vinculada.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) JOEL-COIMBRA.

Apoiamto: Cezar Silvestri, Algaci Túlio, Eduardo Trevisan, Edno Guimarães, Emerson Nerone, Marquinhos Moura, Péricles Mello, Basílio Zarusso, Luiz Carlos Alborghetti, José Tavares, Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk, Plauto Miró Guimarães, Jocelito Canto, Antonio Belinati e César Seleme.

JUSTIFICATIVA:

As Instituições de Ensino Superior

possuem características próprias, pois a autonomia universitária as distingue das demais autarquias estaduais.

O Art. 180 da Constituição Estadual prevê que:

"As Universidades gozam de Autonomia Didático-Científica, Administrativa e de Gestão Financeira e Patrimonial e Obedeçam ao Princípio da Indissociabilidade entre ensino, Pesquisa, Extensão e ao da Integração entre os níveis de Ensino".

Por esta razão o Projeto de Lei nº 491/95 de autoria do Poder Executivo, apesar de plenamente justificável, pois dota a Administração Estadual de uma gestão unificada dos seus recursos financeiros, necessita de uma pequena alteração para que não venha prejudicar seriamente os programas desenvolvidos pelas IES Paranaenses, tendo em vista que se for aprovado da forma original tornaria inviável a continuidade dos mesmos.

A emenda ora apresentada viria resgatar a constitucionalidade do Projeto, que na sua forma original inclui as IES que, constitucionalmente possuem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

É importante ressaltar que apesar da autonomia o Estado já possui controle sobre as atividades financeiras das IES, vez que é o Executivo quem repassa a estas Instituições os recursos previstos no Orçamento.

Existem nas IES, situações como os Hospitais Universitários que teriam que fechar suas portas, deixando de atender milhares de pessoas, especialmente as carentes, se o Projeto for aprovado na sua forma original.

Igualmente estariam inviabilizando o cumprimento das obrigações assumidas pelas IES, através de seus inúmeros convênios, que lhes atribuem responsabilidade pela execução de programas igualmente indispensáveis tanto à comunidade acadêmica como à comunidade paranaense em geral, tais como, Assistência Judiciária, Pró-Egresso, Projeto Nupélia e tantos outros.

Dessa forma também estaria comprometido o Vestibular, pois os recursos recolhidos quando da inscrição destinam-se ao pagamento dos custos que o programa requer.

Ora, se levarmos em conta que em geral as IES não tem recebido os repasses financeiros regularmente e tão pouco nos valores estabelecidos pelo Orçamento, percebemos que a aprovação do presente Projeto sem a alteração ora proposta, trará prejuízos irrecuperáveis às atividades acadêmicas que envolvam pesquisa, ensino a extensão, e que não podem de forma alguma figurar no mesmo patamar das demais autarquias e fundações estaduais.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Art. 1° - As autarquias e fundações, criadas no Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado no ano de 1995, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro, exclusive os recursos de aplicação vinculada.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

TOTI COLAÇO

RENATO ADUR

SÉRGIO SPADA

ORLANDO PESSUTI

CAÍTO QUINTANA

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 03

O Projeto de Lei n° 491/95 passa a vigorar na seguinte redação:

"Art. 1° - As Autarquias e fundações, criadas no Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, 90% (noventa por cento) do saldo financeiro - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro, exclusive os recursos de aplicação vinculada, verificando no balancete encerrado em 31 de outubro de 1995.

Art. 2° - Fica o Poder Executivo autORIZADO a:

I - definir as entidades, a forma e o prazo para o recolhimento ao Tesouro Geral do Estado, do numerário mencionado no art. 1° desta lei, conforme disposto pela Secretaria da Fazenda;

II - abrir créditos adicionais necessários ao processamento da transferência de recursos financeiros das entidades a que se refere o artigo anterior, utilizando como recursos o disposto no art. 43, § 1°, incisos I, II e III da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964; e

III - instituir a gestão unificada dos recursos financeiros de todas as fontes do Poder Executivo, a ser conduzida pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 11.12.95

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Valdir Rossoni, Walmor Trentini, Basílio Zanusso, Miltinho Puppio.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação da Emenda se justifica ante a necessidade de limitar ao presente exercício financeiro a obrigatoriedade de recolhimento ao Tesouro Geral do Estado do Saldo Financeiro disponível nas Autarquias e Fundações vinculadas ao Poder Público.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 04

O Artigo 3° do Projeto de Lei n°

491/95, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor, a partir do Exercício de 1996.

Sala das Sessões, em 11.12.95

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Toti Colaço, Emerson Nerone, Doutor Rosinha e Ângelo Vanhoni.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 05

Modifica o Art. 1°, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 1° - As autarquias e fundações, criadas no Poder Executivo, com exceção da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR e Fundação Estadual de Saúde, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90 (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro, exclusive os recursos de aplicação vinculada.

Sala das Sessões, em 11.12.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Ricardo Chab, Beto Richa, Joel Coimbra, Albanor Gomes, José Maria Ferreira e Edson Silva Lino.

Projeto e emendas retornarão à CCJ.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 152/95 de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo que autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio Agrícola Metropolitano e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.A.I.C.. (Publ. no D.A. n° 43, de 03.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 152/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 152/95, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, visa autorizar o Poder Executivo a criar o Colégio Agrícola Metropolitano no Município de Pinhais/Pr.

Trata-se de matéria que merece os nossos aplausos, devido à necessidade que observamos hoje em preparar melhor os profissionais na área agrícola.

Por tratar-se de projeto de lei autorizatório, não existe nenhum óbice no aspecto constitucional ou regimental, quanto a sua tramitação normal.

Somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 152/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Cleiton Kielse

Crisóstomo, Projeto de Lei nº 057/95 tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Colégio Agrícola Metropolitano, no Município de Pinhais - PR.

Ao ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei em referência, recebeu parecer favorável. Tendo em vista ser de cunho autorizatório, nada foi encontrado que pudesse contrariar os preceitos constitucionais ou regimentais.

Quanto ao aspecto financeiro, nada consta que possa prejudicar sua tramitação.

Diante de tal conclusão, o parecer desta Comissão é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Projeto de Lei nº 152/95

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, o projeto de lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a criar o Colégio Agrícola Metropolitano, no Município de Pinhais.

Tendo sido analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, o plano de lei em questão recebeu pareceres favoráveis de ambas as comissões, uma vez que trata-se de projeto de cunho autorizatório, inexistindo óbices que comprometam sua tramitação por esta Casa de Leis.

No âmbito desta Comissão de Educação nada encontramos que possa prejudicar sua tramitação, tendo em vista que o projeto, se aprovado, trará inúmeros benefícios, uma vez que abrangerá uma grande parte da massa estudantil, pela sua localização privilegiada.

Somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.95.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
RENATO ADUR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 152/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Colégio Agrícola Metropolitano, no Município de Pinhais.

Tal propositura já foi analisada pelas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Educação merecendo delas todas, parecer favorável.

Esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, chamada a opinar, conclui

que a aprovação deste projeto trará inúmeros benefícios à coletividade.

Somos, portanto, favoráveis, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29.11.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI
Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 152/95.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que cria o Município de Bom Jesus do Sul, desmembrado do Município de Barracão. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 145, de 07.12.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 421/94

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo criar o Município de Bom Jesus do Sul, desmembrado do Município de Barracão.

Uma vez que nos foi encaminhada resposta pelo TRE do resultado do plebiscito onde a população decidiu pela criação do município, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou, analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/95, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que cria o Município de Esperança Nova, desmembrado do Município de Pérola. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 179, de 07.12.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 540/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, tem por objetivo criar o Município de Esperança Nova, desmembrando-o do Município de Pérola.

Realizando o plebiscito, em conformidade com a Lei Complementar nº 56, a população da área a ser desmembrada se manifestou favoravelmente à criação do município.

Curitiba, segunda, em 11.12.95

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 052/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que altera o art. 1° da Resolução n° 012/95, conforme especifica (Município de Fernandes Pinheiro). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 135, de 16.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 052/95

P A R E C E R:

O projeto de resolução em tela, vem simplesmente adequar os limites e confrontações da área a ser emancipada, sem nenhuma alteração do contido na Resolução n° 012/95, de conformidade com o memorial descritivo enviado e aprovado pelo I.A.P. - Instituto Ambiental do Paraná e I.B.G.E. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apenas pormenoriza as delimitações com os municípios vizinhos.

Sob o aspecto legal, regimental e de técnica legislativa nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação.

Recebe, portanto, o parecer favorável. É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa requerimento n° 3774, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3740 e 3767, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3741, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3750, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3742, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3743 e 3744, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3746, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3747, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3751 e 3752, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3753 e 3754, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3756 a 3764, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3765 e 3768, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3769 e 3770, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3772, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Carlos Simões e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3775 e 3776, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Só para comunicar à Casa que amanhã, às 13 horas, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Paranaguá se reúne no Plenário para apreciar o relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 285/95.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 421 e 540/95 e do Projeto de Resolução n° 052/95.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 012, 216, 255, 261, 316, 333, 348, 483, 490, 492, 499, 504, 518, 525, 526, 539 e 541/95, e do Projeto de Resolução n° 059/95.

Levanta-se a sessão.